



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2025 a 30/11/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR
"COP"

Documento 1/52

238.2025	Sessão Ordinária - CD	03/11/2025-19:16
Publ.: DCD - 04/11/2025 - 51	José Medeiros-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os gastos e impactos da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), afirmando que o evento representa um prejuízo superior a R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. Segundo ele, a conferência ambiental é uma vitrine de “hipocrisia e subordinação do Brasil a interesses internacionais”, especialmente por parte do Governo Federal e do Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva. Além disso, denunciou uma resolução recente do Ministério que propõe o controle e possível proibição do cultivo de plantas consideradas “invasoras”, como soja e eucalipto, lembrando que ambas são essenciais à economia e à produção energética nacional. Afirmou que medidas desse tipo atacam diretamente o agronegócio, setor que sustenta a balança comercial brasileira. Também acusou o Governo de impedir o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, citando entraves ambientais à conclusão de obras como as BRs 080, 242 e 158, que, segundo ele, estão paradas há anos por decisões ideológicas e burocráticas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério Público. Ironizou o discurso de “simplicidade” do Presidente Lula na COP 30, e disse que o evento deixará o Congresso paralisado por duas semanas sem trazer benefícios reais ao País. Por fim, disse que o Governo petista “persegue o agronegócio, sabota o progresso e age contra os interesses nacionais sob o pretexto ambiental”.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, está se aproximando um evento internacional no Brasil, e o País tem tudo a perder com a sua realização. Aliás, já começa perdendo em dinheiro.

Deputado Cabo Gilberto Silva, mais de 1 bilhão de reais será gasto com a COP 30. Como se não bastasse, nesse evento — além do que o PT já faz de olas ao controle de mercado internacional, que combate o nosso agronegócio e a nossa



infraestrutura —, pode ter certeza de que virão mais coisas.

Na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente publicou uma resolução que nos deixa de boca aberta. Não é possível que haja do próprio Ministério uma sugestão ou uma iniciativa para acabar com algumas plantas consideradas invasoras no Brasil e de proibir a sua plantação. Aí começo: por exemplo, a nossa economia hoje está toda lastreada pelo agronegócio. O principal pilar desse setor, o principal cultivar é a soja, que não é um produto natural do Brasil. Vamos para o eucalipto. Hoje, toda a base de energia, de produção de etanol de milho é feita com biomassa. A biomassa é de eucalipto, que estão querendo proibir — está lá entre os listados, isto sem falar na manga e nos demais produtos que hoje estão na nossa mesa.

Fico pensando o que é que há na cabeça desse pessoal. Por incrível que pareça, há uma simbiose. Os mesmos que vivem batendo lata e se dizendo especialistas da segurança pública são os que se apresentam como especialistas no meio ambiente. Quando se fala em equilíbrio da balança comercial brasileira, Mato Grosso hoje é o principal Estado, mas também é extremamente prejudicado pelas decisões governamentais, principalmente as da Dona Marina Silva. O Estado sofre com Marina Silva desde 2003. Boa parte do que não temos lá, podemos debitar à Dona Marina Silva: rodovias, ferrovias, e por aí vai.

Sr. Presidente, o que vem pela frente com esta COP 30 nos deixa muito preocupados. A gente começa com prejuízo também na política. O Congresso deste País vai ficar 2 semanas parado por causa da chamada COP 30. São gastos e mais gastos.

Aliás, o Presidente falou que queria economizar, que esta seria a COP da humildade, a COP da pobreza, e que ele ia ficar num barco para demonstrar isso. Hoje eu vi o barco — um senhor barco! Demonstrar pobreza num barco daqueles, até eu toparia. É um verdadeiro hotel sobre as águas, com três andares. Mas esse é o jeito do Lula de enganar as pessoas.

A minha preocupação é que a perseguição ao Estado de Mato Grosso é uma perseguição ao Brasil. A gente tenta construir a BR-080, é um empecilho em cima do outro. A BR-242 a gente tenta construir há 15 anos. Um dos grandes responsáveis por não estar concluída a BR-158 — eu não vou citar o nome para não ser enquadrado no art. 14 — é um Deputado que está aqui. Fez uma audiência pública, e o Ministério Público, provavelmente por meio de algum militante travestido de promotor público, impediu a construção da BR-158. Agora está sendo feito um contorno que vai custar mais de 1 bilhão de reais. E, mesmo para a construção do contorno, o obstáculo é o de sempre, a cantilena ambiental.

Ora, será possível que um empreendimento governamental que vai gerar milhares de empregos e ajudar o Brasil não possa ser feito porque algum burocrata do Ibama acha justificativa nas filigranas da lei? E ainda há gente aqui que dá ressonância a isso!



A BR-158, se passasse direto por dentro da reserva indígena, ia custar 250 milhões de reais. Os indígenas querem mais saúde, mais riqueza. Mas não! Boa parte dos Deputados do PT não quer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/52

238.2025	Sessão Ordinária - CD	03/11/2025-19:32
Publ.: DCD - 04/11/2025 - 57	Nilto Tatto-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a vitória do movimento popular Trem Varginha Já, da Zona Sul de São Paulo (SP), que lutou por mais de 10 anos pela construção de uma estação de trem na periferia da cidade. Ressaltou o papel de lideranças locais e o apoio dos mandatos da família Tatto, comemorando a mobilização popular que garantiu essa melhoria no transporte público para os trabalhadores da região metropolitana. Em seguida, comemorou o fato de o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), destacando a decisão do Presidente Lula de levar a conferência para a Amazônia como um gesto simbólico e político. Disse que realizar o evento em Belém é reconhecer a importância de discutir as mudanças climáticas a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento, que sofrem mais com os eventos climáticos extremos, mas historicamente não foram os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, defendeu que os países ricos devem contribuir mais financeira e tecnologicamente para o enfrentamento da crise climática, e relacionou o tema à justiça tributária e social, argumentando que as populações mais pobres são sempre as mais afetadas por enchentes, secas e desastres. Concluiu afirmando que a COP 30 trará protagonismo ao Brasil e ajudará a influenciar o debate climático global sob uma ótica de justiça social e ambiental.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Eu venho a esta tribuna celebrar a conquista de um movimento popular da Zona Sul de São Paulo, o Movimento Trem Varginha Já, que foi liderado pela Sueli, pelo Claudinei, pelo Gordinho e pela Val. E teve o apoio do nosso mandato, do mandato do Deputado Estadual Enio Tatto e do Vereador Arselino Tatto, a conquista de uma luta de mais de 10 anos para a construção de uma



estação de trem na periferia de São Paulo.

Os Governos que passaram — e mesmo os que continuam — no Estado de São Paulo não têm essa sensibilidade de levar o transporte coletivo, como o metrô e o trem, para a periferia de São Paulo ou para as cidades da região metropolitana, onde mora a maioria dos trabalhadores que vão até a capital.

Por isso, quero aqui celebrar essa vitória, essa conquista. Valeu a pena a luta. Valeu a pena toda a mobilização. Valeram a pena as audiências públicas, as caminhadas. O movimento Trem Varginha Já tem mesmo que celebrar esta vitória. E eu venho celebrá-la na tribuna da Câmara Federal.

Contudo, Presidente, eu quero celebrar também o fato de o Brasil estar recebendo a 30ª Conferência do Clima, a COP 30, em Belém, no Pará, na Amazônia. Que coisa extraordinária essa conferência ser trazida para cá! Eu já participo de várias COPs, e a COP do Clima é o maior evento no âmbito da ONU. Para vocês terem uma ideia, trata-se da única conferência que acontece todos os anos. Em Belém, devem se juntar mais de 50 mil pessoas de quase todos os países do mundo.

As COPs geralmente acontecem em cidades com a melhor infraestrutura. Aqui no Brasil, a COP seria feita em Brasília, ou em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, mas o Presidente Lula tomou a decisão de fazê-la na cidade de Belém, porque aquela cidade não é diferente de nenhuma outra cidade de toda a Bacia Amazônica — refiro-me aos nove países que têm o bioma da Amazônia —, que tem problemas de infraestrutura, problemas de déficit em políticas públicas de saúde e de educação. A cidade de Belém não é diferente da grande maioria das cidades de todo o Sul Global, da América Latina, da África e de boa parte dos países da Ásia.

Por que o Presidente tomou essa decisão? Para se fazer o debate sobre o enfrentamento da crise climática a partir da perspectiva daqueles que estão sofrendo mais com os eventos climáticos extremos, que são os países em desenvolvimento, que não contribuíram com o aquecimento global, pois historicamente não emitiram os gases de efeito estufa, que provocam aquecimento global, e que precisam de recursos, de tecnologia, de inovação, de apoio dos países ricos para poderem cuidar do seu povo.

Um furacão como o que atingiu países da América Central semana passada faz um estrago danado, pois a intensidade dele tem a ver com as mudanças climáticas, e eles não têm como acudir o seu povo. O Presidente Lula traz a COP 30 para Belém, na Amazônia, porque ele quer debater o tema a partir da perspectiva da relação entre países. Os países ricos precisam contribuir mais, precisam emitir menos gás de efeito estufa e precisam destinar recursos para os países em desenvolvimento. O conceito de Norte e Sul também precisa ser debatido dentro de cada país.

A justiça tributária, pela qual o Presidente Lula trava uma luta e que precisa ser debatida nesta Casa, tem a ver também com esse debate do clima, porque quem



perdeu a vida no Rio Grande do Sul, quem perdeu a vida em Petrópolis, quem perdeu a vida no litoral norte e quem passou sede e fome com a seca na Amazônia foram as populações mais vulneráveis. É a partir dessa perspectiva que nós precisamos debater justiça tributária e justiça climática, é para quem precisa de mais recursos do Orçamento.

Quero celebrar a Conferência do Clima, que começa na próxima semana e que vai inovar e influenciar o debate no mundo todo, com grande protagonismo do Brasil e do Presidente Lula.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 3/52

238.2025	Sessão Ordinária - 03/11/2025-20:08
Publ.: DCD - 04/11/2025 - 79	CD
	Cabo Gilberto Silva-PL -PB
	ENCAMINHAMENTO DE
	ORDEM DO DIA VOTAÇÃO
	DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, apontando contradição entre o discurso ambiental e a prática governamental e destacando que o desmatamento atingiu recorde histórico. Também questionou os gastos da COP30 no Pará e a atuação da pasta ambiental. Ressaltou que o Partido dos Trabalhadores (PT) votou contra medidas favoráveis ao Brasil quando o Presidente era Bolsonaro, como o Marco do Saneamento, evidenciando, dessa forma, incoerência política. Por fim, reafirmou a importância de a população comparar o discurso governamental com as ações efetivas e afirmou cumprir sua função de Deputado da Oposição, representando o Estado da Paraíba.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o desgoverno Lula assumiu o Brasil pela primeira vez em janeiro de 2003. Governou, Srs. Parlamentares, o Brasil durante quase 16 anos consecutivos: Lula 1, Lula 2, Dilma 1, Dilma 2. Houve o *impeachment* de Dilma Rousseff, e Michel Temer assumiu em meados de 2016. Em 2018, o Presidente Bolsonaro venceu as eleições. Em 2022, o descondenado Lula ganhou as eleições porque foi escolhido pelo sistema. Todo mundo se uniu para deixar Lula ser o Presidente da República. Eu não estou falando aqui de fraude nas urnas; estou falando das ações do juiz para deixar Lula ser o Presidente da República.

Daí, Sr. Presidente, Lula veio com uma conversa bonita, dizendo que iria melhorar a questão do meio ambiente brasileiro. Vamos aos fatos: o



desmatamento no Governo Lula 3 bate recorde — bate recorde, Sr. Presidente! A propaganda é muito bonita. O "Ministério da Propaganda", o mais poderoso da história do Brasil, está gastando recursos públicos, o suado dinheiro do contribuinte, e usando uma superestrutura para ficar mentindo: *"O Brasil está a mil maravilhas"*. Isso com o descondenado Lula.

Sr. Presidente, para que a população tenha ideia, o desmatamento equivale a milhares de campos de futebol.

Agora, na COP 30 lá no Pará, Sr. Presidente, o gasto de dinheiro é uma vergonha. O Governo decretou GLO, abriu a mata toda, há vários crimes ambientais do descondenado Lula, mas a conversa é muito bonita. Eles vêm aqui com a conversa bonita de que estão cuidando do povo, de que estão cuidando do meio ambiente, de que a COP 30 é um sucesso, mas ela nem começou, e já é um fracasso.

Srs. Parlamentares, é importante que a população fique atenta ao que Lula fala, ao que seus Ministros falam, e ao que é feito. A Sra. Marina "Cinzas" é uma negação.

Toda a bancada do PT no Senado votou contra o Marco do Saneamento, porque o Presidente era Bolsonaro — como o PT votou contra a Constituição, como o PT votou contra o Plano Real. Tudo que é favorável para o Brasil o PT vota contra, mas a conversa é muito bonita. Infelizmente, ainda engana uma parte da população que é desavisada.

A minha função, na condição de Deputado da Oposição, com muita satisfação representando o Estado da Paraíba, que foi enganado pelo descondenado Lula, é estar aqui derretendo o microfone e falando a verdade.

Obrigado, Presidente.

Documento 4/52

238.2025

Publ.: DCD - 04/11/2025 - 83

Sessão Ordinária - CD

03/11/2025-20:24

Delegado Caveira-PL -PA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico. Além disso, criticou a aplicação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) pelo Governo Lula em Belém do Pará, contrariando promessas anteriores. Apontou que mais de 9 mil agentes foram mobilizados para proteger Chefes de



Estados, enquanto o Governo negligencia o combate ao tráfico de drogas e à criminalidade organizada. Ressaltou ainda que o Presidente considera os traficantes como vítimas, e não os usuários.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente, orienta o voto "não".

Quero relembrar que o descondenado Lula, ex-presidiário, afirmou em discursos que não aplicaria a GLO no Brasil. Só que ele se esqueceu de dizer que não aplicaria a GLO contra traficantes, PCC, Comando Vermelho e CPX. Lá em Belém do Pará, ele acabou de aplicar a GLO. Há mais de 9 mil agentes de segurança pública, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, para proteger quem? Para proteger Chefes de Estados que inclusive já têm segurança própria.

Agora, para ir atrás de bandido e de traficante, o Lula realmente se cala. Ele diz que as vítimas são os traficantes, e não os usuários.

Documento 5/52

238.2025	Sessão Ordinária - CD	03/11/2025-20:40
Publ.: DCD - 04/11/2025 - 90	Nilto Tatto-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Além disso, destacou o esforço para contemplar todos os partidos em projetos com agenda positiva na área ambiental, incluindo urgências previstas para o esforço concentrado da agenda ambiental pré-COP.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós orientamos "sim".

É importante dizer que toda semana nós votamos urgências de projetos encaminhados por todos os partidos políticos. Inclusive, há urgências cuja votação está prevista para este esforço concentrado pré-COP, em que trataremos da agenda ambiental. Foi feito um esforço para contemplar todos os partidos políticos em projetos que têm agenda positiva na área ambiental. Então, não é novidade a pauta desta semana incluir a urgência e também o



mérito de alguns projetos.

E eu gostaria de dizer que o projeto em discussão se refere às empresas que já têm Cipa. Portanto, não haverá nenhum custo a mais. E o texto não está dizendo que tipo de educação ambiental cada Cipa ofertará — o projeto não está dizendo isso.

Houve Deputado que disse que não é o Estado que deve dar educação ambiental, mas o setor privado. Indago: neste caso não é o setor privado?!

Documento 6/52

238.2025	Sessão Ordinária - CD	03/11/2025-20:48
Publ.: DCD - 04/11/2025 - 92	Nilto Tatto-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Ademais, elogiou o Governo Lula como exemplo no enfrentamento da crise climática, destacando a redução de 50% do desmatamento na Amazônia e de 17% das emissões de gases de efeito estufa entre 2023 e 2024. Por fim, elogiou o investimento do Governo Federal em desenvolvimento sustentável e a presidência da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) como instrumento para mobilizar a responsabilidade global.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Governo orienta "sim", porque vem dando exemplo de como se enfrenta a crise climática. Já diminuiu em 50% o desmatamento na Amazônia; reduziu em 17%, de 2023 a 2024, as emissões de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global. É por isso que, no Governo do Presidente Lula, o Brasil é reconhecido no mundo todo como uma autoridade no enfrentamento da crise climática.

E é isso que é importante fazer. O Governo do Presidente Lula, para enfrentar a crise climática, está apostando no desenvolvimento sustentável como uma agenda de oportunidade para o Brasil e está recebendo e presidindo a Conferência do Clima para chamar a atenção do mundo todo e chamá-lo à responsabilidade.



Documento 7/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-10:24
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 59	Delegado Paulo Bilynskyj-PL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, encaminhado pelo Presidente Lula à Câmara dos Deputados, alegando que, embora apresentado como Projeto de Lei Antifacção, voltado ao combate ao crime organizado, o texto, na verdade, reduz penas para integrantes de organizações criminosas já condenados. Assinalou que a proposta permite a soltura de criminosos com o objetivo de garantir votos nas eleições de 2026. Além disso, denunciou que, enquanto o País discute esse projeto, e policiais no Rio de Janeiro combatem o crime de forma efetiva, e são injustamente criticados, o Presidente está na COP 30, no Pará, em um iate, sob proteção do Exército, após decretar GLO. Por fim, reiterou que a polícia apenas cumpre ordens judiciais, utilizando a força em legítima defesa quando atacada, e condenou a Esquerda por defender criminosos.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ele fez de novo! Lula, o campeão dos bandidos, conseguiu apresentar um projeto de lei, que chama de "projeto de lei antifacção", para soltar bandido. Vai conseguir soltar ladrão com um projeto que ele mente que deveria ser de combate ao crime organizado. Está aqui, para vocês que não sabem ler, no parágrafo 1º, "b", que ele diminui a pena para os criminosos condenados por organização criminosa! Mas o Lula joga uma fumaça e diz: *"Eu vou prender os membros de organizações criminosas"*. Mentira! Ele vai soltar! Ele vai soltar gente que já foi condenada! Ele conseguiu diminuir a pena! Hoje, é de 3 anos a pena mínima para membro de organização criminosa. Com esse novo "projeto antifacção", a pena vai cair para 1 ano e 8 meses! Parabéns, Lula! Você está soltando mais bandidos, para eles poderem votar em você em 2026. Craque do jogo! Lula, o campeão em soltar ladrão! Ele é muito bom! Eu nunca vi um Presidente tão bom em passar a mão na cabeça de criminoso.

Como é que o cara tem a pachorra de mandar para a Câmara dos Deputados um projeto para soltar bandido? Está aqui! Aprenda a ler, pessoal. Está no parágrafo 1º, "b": *"As penas previstas no caput poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços"*.



Você está condenado? Não tem problema, papai Lula solta, diminui a sua pena. A lei que beneficia o réu retroage, mesmo para o condenado. Então, você, membro de organização criminosa que está condenado, vai poder ser solto, graças ao papai Lula. Sua pena será diminuída.

Foi por isso que o Lula mandou esse projeto para a Câmara, não foi para combater o crime organizado, foi para soltar bandido, para o bandido poder votar nele em 2026. Vocês vão ver toda a Esquerda defender o "projeto antifacção". Só que é mentira, Presidente, é mentira lavada. Está escrito aqui: diminuição de pena para bandido condenado por organização criminosa.

Enquanto ficamos discutindo essa mentira do Luiz Inácio, ele está na COP 30, no Pará, num iate para trinta pessoas, festejando. Ele decretou GLO. Está todo o Exército Brasileiro pronto para defender Lulinha no Pará, e enquanto isso o Rio de Janeiro está combatendo o crime de verdade e sendo criticado. Vocês vão ver a mídia inteira, todos os especialistas em segurança pública, toda essa galera defender o bandido morto, dizer que ele não merecia ser morto, que não merecia que o Bope tivesse atirado nele.

Senhoras e senhores, vamos deixar bem claro: o bandido que enfrenta o policial deve ser neutralizado, fuzilado, morto. Por quê? O policial age em legítima defesa. O policial não sai de casa pensando que vai matar 140 ladrões. O policial sai de casa para cumprir uma ordem judicial, um mandado de prisão preventiva, um mandado de busca e apreensão. Para a Esquerda, ordem judicial se cumpre da boca para fora. Quando a ordem judicial é para prender bandido, é para fazer busca e apreensão em casa de bandido, a Esquerda diz que não, que não é bem assim, que assim não pode. Pode, sim! Ordem judicial se cumpre. O que foi feito pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foi cumprimento de ordem judicial. O ladrão se opôs, ele esperou o contato, e o contato veio.

Sr. Presidente, este projeto aqui é fumaça, é lixo, só serve para botar ladrão de volta na rua para ele poder votar no Lula. Então, Parlamentares, sejam bem conscientes e vamos rasgar esta merda aqui, porque este projeto só serve para ser amassado bem bonitinho e jogado no lixo.

Muito obrigado.

Documento 8/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-11:40
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 83	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Presidente da República por ter decretado Garantia da



Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Pará, para a proteção de autoridades e participantes da COP 30, a qual considerou esvaziada. Contrapôs essa atitude à crise de segurança pública que está sendo vivida no Rio de Janeiro, afirmando que o Presidente negligencia a violência urbana e prioriza uma vida de luxo com segurança pessoal e de sua comitiva. Por fim, expressou indignação com a incoerência e descaso presidencial.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Foi decretada a Garantia da Lei e da Ordem — GLO! No Estado do Pará, desgoverno Lula! Me ajude!

Enquanto o Rio de Janeiro está se acabando com terrorista, tráfico de droga, assassinatos, execução de pessoas inocentes que os marginais mataram — porque naquela operação só os quatro policiais eram vítimas da criminalidade —, o Presidente Lula está preocupado em decretar GLO no Estado do Pará, na COP 30 esvaziada, sem ninguém, só para fazer a segurança dos companheiros, Sr. Presidente.

Veja só a preocupação do Presidente da República com a segurança pública brasileira! O Estado do Rio se acabando, e ele preocupado em fazer a segurança da sua comitiva no iate de luxo, dele e de sua esposa Janja.

GLO no Estado do Pará!

Lula, o senhor é uma vergonha para a segurança pública brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-11:52
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 87	Marcon-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado lamentou as mortes de quatro agentes de segurança durante a operação policial no Rio de Janeiro e afirmou que o episódio demonstrava falhas graves na condução da ação. Destacou que tanto policiais quanto civis mortos eram vítimas de uma operação mal planejada e criticou o Governo do Estado por não ter solicitado apoio do Governo Federal. Ademais, comparou a



situação com uma operação da Polícia Federal em São Paulo, na qual traficantes foram presos sem mortes. Mencionou também os preparativos para a COP 30 no Pará e elogiou o diálogo do Presidente Lula com outros países. Ao final, abordou a política de valorização do leite, destacando o compromisso do Governo Federal com agricultores e produtores rurais.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu lamento a morte dos quatro membros da segurança no Rio de Janeiro. Só por isso já se percebe que a operação foi mal feita. Quatro cidadãos estavam lá a mando do Estado, e foi o Estado que assassinou eles.

Disse uma mãe: *"Meu filho morreu. Eu sou a mãe de um daqueles que foram encontrados mortos no mato, lá na favela do Alemão"*.

Aqui não é esquerda, não é direita. Eu fico triste quando vejo um cidadão ser morto — pode ser bandido, pode ser pessoa de bem. Isso mostra que alguma coisa de mal aconteceu.

Outra questão: quando a Polícia Federal atacou os traficantes em São Paulo, nenhum deles foi morto, mas muitos foram presos.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro deveria ter pedido reforço ao Governo Federal, e ele não fez isso. Depois, na imprensa, quis dizer que o Governo Federal não tinha ajudado. Agora mais de cem comitivas oficiais do mundo inteiro vão estar no Estado do Pará, para participar da COP 30. Eu não vi, mas tenho quase certeza de que quem pediu reforço de segurança foi o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, porque ele sabe que precisa de segurança, ele sabe que vão estar lá muitas autoridades nestes dias, para discutir a problemática do clima no Estado do Pará. Isso só veio para cá porque o Presidente da República faz a relação política com outros países, participa, respeita os outros países. É por isso que estão fazendo a COP 30 aqui no Brasil.

Outra questão, para finalizar: eu já falei com o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com o Ministro da Agricultura e pecuária e com o Presidente da CONAB sobre a situação do preço do leite. O nosso Governo, do Presidente Lula, tem compromisso, sim, com quem produz alimento, tem compromisso, sim, com os nossos agricultores. O Presidente da CONAB, o companheiro Edegar Pretto, tem dito o seguinte: *"Nós vamos comprar leite, para retirar do mercado, para aumentar o preço do leite para os nossos agricultores"*.

Eu gostaria que as minhas duas falas, Presidente, fossem divulgadas no programa *A Voz do Brasil*.



240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:00
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 90	Sargento Gonçalves-PL -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores, afirmando que a legenda e o Governo Federal demonstravam complacência com o crime organizado. Questionou a ausência de Senadores do PT na assinatura da CPI do Crime Organizado e acusou o Governo de tentar impedir a equiparação desse tipo de crime ao terrorismo. Também criticou o envio de tropas das Forças Armadas para a COP 30 no Pará, enquanto o Rio de Janeiro enfrentava grave crise de segurança. Acusou ainda integrantes do PT de atacarem a Polícia Militar, agirem em defesa de criminosos e, por fim, afirmou que o lobby do crime organizado teria influência política em Brasília.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Presidente, o "partido dos traficantes", o PT, representou contra quatro Deputados de direita, pelo fato de esses Parlamentares terem feito uma constatação nas redes sociais, por dizerem que o PT é o "partido dos traficantes".

Vamos aos fatos: em 2022, de cada quatro presos que estão no regime provisório cumprindo pena, três votaram no PT; oitenta por cento dos detentos votaram no PT em 2022. Não podemos nos esquecer disto: após a eleição, houve festa dentro dos presídios. Vários vídeos circularam nas redes sociais em que presos eram visto festejando a vitória do PT.

Agora vamos a alguns questionamentos: por que os Senadores do PT não assinaram o requerimento de instalação da CPI do Crime Organizado? Foi instalada a CPI do Crime Organizado no Senado Federal, e só os Senadores do PT não assinaram o pedido de instalação. A informação que surge agora é a de que eles estão tentando sequestrar a CPI, eles estão tentando ter o controle sobre a CPI do Crime Organizado.

Por que Lula e o PT não querem equiparar o crime organizado ao terrorismo? Há tantas matérias importantes com as quais o Governo deve se preocupar, mas o Governo está preocupado em trabalhar, em fazer *lobby* para que o Congresso Nacional não aprove a proposta de equiparação do crime organizado ao terrorismo.

Por que Lula mandou 8 mil homens das Forças Armadas para o Estado do Pará, para fazerem a segurança dos seus companheiros na COP 30, mas o mesmo Lula disse que as Forças Armadas não iriam combater bandidos? O Rio de Janeiro está pegando fogo, e Lula decreta a GLO — Garantia da Lei e da



Ordem para o Pará.

Por que o PT ataca a polícia? Esses dias a Deputada Natália Bonavides, do PT, a Vereadora Brisa Bracchi, do PT, e o Vereador Daniel Valença, também do PT, estavam nas ruas de Natal e pediam o fim da Polícia Militar. O mesmo PT não se indigna, não vai às ruas quando morre um cidadão de bem, mas dá chilique quando morre um criminoso.

Por tudo isso, Sr. Presidente, e muito mais, é que o PT é considerado o "partido dos traficantes". Infelizmente, isso é só uma constatação. Nós temos dito que aqui em Brasília o maior *lobby* que é feito é o do crime organizado. Não foi à toa que a "dama do tráfico" esteve passeando dentro do Palácio do Planalto. Não foi à toa que o descondenado Lula esteve esses dias em um palanque com uma líder de facção criminosa que foi presa na mesma semana. Não foi à toa que o ex-Ministro da Justiça e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino esteve no Complexo da Maré, uma região na qual só se entra com grande aparato policial, mas o Ministro esteve lá, passeando, transitando, como se nada estivesse acontecendo. Não foi à toa que Deputados da Esquerda, do PT, estiveram agora no Rio de Janeiro, dentro de uma comunidade, e se solidarizaram com familiares de criminosos, e não com familiares de policiais que foram mortos, que entregaram a vida para proteger o povo de bem do Rio de Janeiro.

Deus abençoe o nosso País.

Documento 11/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:20
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 96	Rodrigo Rollemberg-PSB -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou os resultados positivos na redução do desmatamento no Brasil, destacando que, nos três primeiros anos do Governo Lula, o desmatamento na Amazônia caiu 50%, e do Cerrado registrou queda pelo segundo ano consecutivo. Ressaltou a importância desse bioma pela sua biodiversidade e papel na sustentabilidade agrícola, além da redução de 17% nas emissões de gases de efeito estufa em relação a 2024. Por fim, afirmou que o País está no caminho certo rumo à meta de eliminar o desmatamento ilegal até 2030 e deve aproveitar a COP 30 para mostrar seus avanços na transição energética e na agricultura sustentável, atraindo investimentos verdes e consolidando o Brasil como referência ambiental global.



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acabaram de sair números extremamente positivos para o Brasil no que se refere à redução do desmatamento.

Nós tivemos uma redução acumulada, no desmatamento na Amazônia, nesses 3 primeiros anos do Governo do Presidente Lula, de 50%, mostrando, de forma inequívoca, que o Brasil caminha para cumprir o compromisso assumido pelo Presidente Lula de eliminar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Há outra boa notícia, às vésperas da COP 30: nós tivemos também uma redução, pelo segundo ano consecutivo, do desmatamento no Cerrado, esse bioma tão importante em função da sua biodiversidade. O Cerrado tem uma das maiores biodiversidades do planeta. Aqui, nós temos mais de 14 mil espécies de plantas endêmicas, que são plantas que só existem no Bioma Cerrado, que se adaptaram há milhões de anos a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura. E é nos genes dessas plantas que está a sustentabilidade da agricultura em um período de emergência climática, daí a importância da preservação do Cerrado.

O Brasil também reduziu em 17% as suas emissões de gases de efeito estufa em relação a 2024, ou seja, isso demonstra que o Brasil está no caminho certo, com todo o esforço do Presidente Lula, da Ministra Marina Silva, de todo o Governo no sentido de zerar o desmatamento ilegal e reduzir drasticamente o desmatamento no Cerrado.

O Brasil tem que aproveitar a COP 30, em Belém, para mostrar todos os seus avanços, inclusive as contribuições do Congresso Nacional ao regulamentar o hidrogênio, as eólicas *offshore*, o combustível do futuro, o política nacional de bioinsumos, enfim, o conjunto de projetos importantes para acelerar a nossa transição energética.

Tenho convicção, Sr. Presidente, de que o Brasil também deve aproveitar essa oportunidade para mostrar ao mundo que é o paraíso, o grande destino para investimentos verdes, pelo fato de termos a maior biodiversidade do planeta, grande disponibilidade de biomassa, uma matriz energética limpa, uma matriz elétrica limpíssima e, portanto, com todas as condições de receber investimentos de empresas de todo o mundo que precisam acelerar os seus processos de descarbonização.

Essa é uma oportunidade também, Sr. Presidente — eu peço mais 1 minuto a V.Exa. —, para mostrar todos os avanços da nossa agricultura, com as novas tecnologias de integração lavoura-pecuária-floresta, de plantio direto, de uso de intensivo de bioinsumos, que fazem com que a gente caminhe para uma agricultura cada vez mais resiliente, uma agricultura cada vez mais sustentável.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento por todos os meios de comunicação da Casa.



Muito agradecido pela atenção de V.Exa.

Documento 12/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:24
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 97	Fausto Jr.-UNIÃO -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a atuação do Ibama na Amazônia, acusando o órgão de cometer abusos contra produtores rurais, como a destruição de propriedades sob alegação de garimpo ilegal. Afirmou que agricultores e criadores de gado são tratados como criminosos e enfrentam dificuldades para obter licenças ambientais e regularização fundiária, o que impede o trabalho legalizado e aumenta a pobreza na região. Com isso, classificou a COP 30, que será realizada em Belém, como um possível “palco de hipocrisia”, caso ignore a realidade dos amazônidas que sofrem para sustentar a floresta. Por último, cobrou a pavimentação da BR-319, ressaltando que a falta de infraestrutura e apoio aos pequenos produtores inviabiliza o desenvolvimento digno da Amazônia.

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos nos avizinando da COP 30, que será realizada em Belém — portanto, será realizada na Amazônia.

Eu fico aqui com um questionamento, Sr. Presidente. Indago se durante a COP 30 serão mostradas as agressões do Ibama contra todos os produtores rurais no Estado do Amazonas. O Brasil é o único lugar do mundo onde um órgão ambiental comete crimes ambientais. Eu digo que o Ibama comete crimes ambientais, quando chega a determinada propriedade e explode essa propriedade sob a alegação de que ali está sendo praticado garimpo ilegal. A casa das pessoas é destruída, com o uso de explosivos, algo que só se vê em zonas de guerra. Isso aconteceu no Município de Humaitá. Será que vai ser mostrado na COP 30 que os produtores de gado são expulsos das suas propriedades, porque são impossibilitados de obter a licença ambiental e são impossibilitados de se regularizar do ponto de vista fundiário?

No Estado do Amazonas, na Amazônia como um todo, hoje, é praticamente impossível você trabalhar de forma legalizada nas áreas federais, porque você não tem acesso ao título definitivo e você não tem acesso à licença ambiental.

Não se pode condenar essas pessoas a passar fome. Nós não estamos falando



de traficantes de drogas, nós estamos falando de pessoas que criam gado, fazem agricultura familiar e são tratadas como bandidos.

É dessa forma que o Governo Federal vem trabalhando para garantir, hoje, o aumento do desmatamento, e não a sua redução. Aumentou o desmatamento na Amazônia. Aumentou também o número de pessoas que passam fome para sustentar o ambientalismo que vem agredindo as pessoas que produzem, e produzem de forma honesta, no Estado do Amazonas e em toda a Amazônia.

Nós não podemos aceitar que a COP 30 seja, na verdade, um palco de hipocrisia, de uma sustentabilidade que tem como pilar uma situação em que as pessoas que vivem na Amazônia passam fome. Elas passam fome para sustentar um ambientalismo que só serve para virar manchete, que só serve para virar aplausos de estrangeiros que não conhecem a Amazônia, de pessoas que vivem, na verdade, em grandes centros urbanos e não conhecem a realidade de quem efetivamente guarda a floresta.

Muitas vezes, a causa ambientalista não tem nenhum olhar para o ser humano que vive na Amazônia. Preocupa-se com as árvores e despreza as pessoas que vivem na floresta, despreza as pessoas que querem produzir de forma sustentável, de forma familiar, os agricultores familiares, os pequenos produtores.

Nós não estamos defendendo aqui os grandes latifundiários. Estamos defendendo aqueles que querem somente a chance de dar o sustento de forma digna para suas famílias e que têm essa chance negada.

Essa chance é negada, Sr. Presidente, pelo DNIT, que, em vez de pedir licença para a BR-319, pede uma licença somente para enxugar o gelo, para empurrar o barro, que é o que acontece no trecho do meio hoje.

Mais uma vez, a licença pedida não autoriza o asfaltamento da BR-319, que ligaria o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas com o restante do Brasil. Trata-se, sim, de uma licença para fazer a manutenção de um trecho que está no barro, de um trecho que, na época das chuvas, é impossível para as pessoas transitarem. Portanto, o nosso direito de ir e vir é negado.

Sr. Presidente, eu quero cobrar na COP 30 a realidade. Já que a COP 30 vai ser realizada na Amazônia, eu espero que os países estrangeiros vejam a realidade sofrida que o nosso povo enfrenta para sustentar uma floresta de pé, baseada na fome, baseada na falta de assistência daqueles países que desmataram as suas florestas e cobram que o Brasil preserve a sua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



240.2025

Sessão Ordinária - CD

04/11/2025-13:00

Publ.: DCD - 05/11/2025 - Nilto Tatto-PT -SP
109

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a redução recorde do desmatamento na Amazônia e destacou o papel do Brasil na diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Ressaltou que o País, ao presidir neste ano a Conferência do Clima da ONU, sediada em Belém (PA), demonstrou compromisso simbólico e concreto com a agenda ambiental. Informou que levar o evento ao coração da Amazônia reforçou a importância de ouvir as populações mais afetadas pelas mudanças climáticas. Lembrou que os eventos extremos, como enchentes e secas, atingiram sobretudo os mais vulneráveis, e defendeu que os países ricos ampliem o financiamento climático. Afirmou que o Brasil “fez a lição de casa” e que o enfrentamento da crise climática representa também uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Venho a esta tribuna para comemorar e celebrar. Saiu mais um índice de desmatamento da Amazônia, revelando mais uma diminuição. A cada ano, o Brasil bate recorde na diminuição do desmatamento e, ao mesmo tempo, dá lição ao mundo todo, com a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global.

Neste ano, o Brasil está presidindo a Conferência do Clima, o maior evento no âmbito da ONU, uma conferência que acontece todos os anos. E o Presidente Lula fez questão de levar essa conferência para a cidade de Belém, no Pará, no coração da Amazônia, não só pelo simbolismo e pelo papel que tem a Amazônia na manutenção da umidade do planeta e na concentração de grande quantidade de carbono. Aliás, a Amazônia leva umidade para todo o continente sul-americano, contribuindo para boa parte das chuvas da região inclusive, já que de 40% a 50 % das chuvas aqui advêm da umidade da Amazônia. Os rios voadores descem pelo continente sul-americano e levam a umidade amazônica. E toda a produção agrícola, em toda a América do Sul, tem a ver também com a umidade da Amazônia.

A decisão de levar essa conferência para uma cidade como Belém — que não é diferente de todas as outras cidades da Bacia Amazônica e é muito parecida com a maioria das cidades da América Latina, da África e de boa parte da Ásia, com vários problemas de infraestrutura e também nas políticas públicas básicas para a população — foi também para dar a esse debate sobre o enfrentamento da crise climática a perspectiva de quem mais sofre com as mudanças



climáticas, com os eventos extremos que vimos assistindo.

Cito como exemplo o grande furacão que tivemos, na semana passada, na América Central, as enchentes que tivemos no Rio Grande do Sul e no litoral norte de São Paulo e a seca que houve na Amazônia. Em boa parte do Sudeste e do Sul do País, também tivemos uma seca muito grande no ano passado e no ano retrasado.

Quem mais sofre com esses eventos são as populações mais vulneráveis do mundo todo. A situação não é diferente no Brasil. Aqui no Brasil, por exemplo, se formos verificar quem perdeu as suas moradias, os seus bens e até a vida nas enchentes lá no Rio Grande do Sul ou mesmo no litoral norte de São Paulo, vamos ver que foram as populações mais vulneráveis, aquelas pessoas que foram empurradas para lugares mais sensíveis do ponto de vista ambiental.

Por isso, quando se leva a Conferência do Clima para uma cidade como Belém, e não para uma cidade como Brasília, Rio de Janeiro ou São Paulo, a ideia é mostrar para o mundo todo que esse debate do enfrentamento da crise climática precisa de um olhar a partir da perspectiva dos países que mais precisam de apoio financeiro e tecnológico, de investimentos em inovação, para poder fazer frente aos eventos climáticos extremos. Então, nós precisamos fazer a nossa parte e diminuir as emissões. E boa parte das nossas emissões decorre do uso do solo, do modelo de agricultura convencional que a gente tem, que usa muita química, e do desmatamento.

Quando diminui o desmatamento em todos os biomas, em especial na Amazônia, o Brasil está mostrando para o mundo que está fazendo a sua parte, que está fazendo a lição de casa. Isso a gente celebra com as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo brasileiro, liderado pelo Presidente Lula. Ao mesmo tempo, presidindo a Conferência do Clima, o Brasil cobra dos outros países, em especial dos países ricos, que façam a parte deles e financiem os países em desenvolvimento.

Evidentemente, esta Casa precisa aprovar leis que dialoguem com essa perspectiva, porque o enfrentamento da crise climática também é uma agenda de oportunidades que se coloca para o Brasil.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado, Presidente.



Sumário

O Deputado criticou casos de corrupção relacionados às obras da COP 30, que será sediada em Belém do Pará. Afirmou que a Polícia Federal investigava fraudes em licitações, desvio e lavagem de dinheiro envolvendo contratos superfaturados, destacando que os recursos desviados poderiam ser destinados à saúde, educação e infraestrutura. Citou operações que resultaram em mandados de busca e afastamento de servidores públicos, mencionando investigações que atingiram o Governo do Pará. Criticou o que chamou de impunidade em crimes de colarinho branco e expressou desconfiança sobre a atuação do sistema de Justiça e de autoridades federais. Também questionou a condução de políticas públicas e a presença de figuras políticas em cargos estratégicos do Governo Federal.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, povo do meu querido Estado do Pará, a COP 30 será sediada em Belém do Pará. Isso traz alguns benefícios, algumas melhorias para o honrado povo de Belém e da Região Metropolitana, mas nós não podemos fechar os olhos para a corrupção endêmica e sistêmica que acontece naquele Estado, inclusive com contratos superfaturados ocorrendo a todo momento.

Esses contratos são assinados para obras de grande vulto, e a Polícia Federal, Sr. Presidente, está tendo muito trabalho para combater as pessoas que vêm desviando dinheiro público. Isso fica muito claro em diversas manchetes de jornais. A Polícia Federal apura fraudes em licitações, desvios, lavagem de dinheiro, envolvendo obras da COP 30 em um dos canais de Belém. Essas obras superfaturadas estão desviando muita verba que poderia ser usada de fato na saúde, na educação, na infraestrutura.

Em uma das operações, Sr. Presidente, foram cumpridos treze — e olhem que número demoníaco esse número treze! — mandados de busca e apreensão, com o afastamento de doze servidores, tão canalhas quanto o Governador Helder Barbalho, que já sofreu três operações da Polícia Federal.

A Polícia Federal, inclusive, na época da pandemia, esteve dentro da casa do Governador. Para quem não sabe, foram presos dois Secretários de Helder Barbalho e sessenta pessoas do Governo. Houve pedido de prisão do Governador também, mas, infelizmente, o sistema é foda! O sistema blindo o sistema, e os bandidos sempre ficam fora da cadeia. Infelizmente, a Justiça no Brasil está prendendo muito pipoqueiro, carroceiro, aqueles que cometem crimes de menor potencial ofensivo, mas, quando se trata de criminoso de colarinho branco, nós vemos a grande dificuldade para prendê-los.

Na CPMI do roubo dos aposentados, para chamar o careca da cara gorda, o Frei Chico, irmão do ex-presidiário descondenado Lula, Deputados e



Senadores tão vagabundos quanto ele não assinaram a convocação daquele demônio.

Eu não sei mais, Sr. Presidente, o que fazer, porque a Justiça no Brasil é lenta e, quando o caso é trazido para dentro do Congresso, os Deputados e Senadores ficam protegendo bandidos também. A maioria dos que aqui estão, eu sei, responde processos no STF e também são bandidos.

Esse mesmo tratamento que tiveram aqueles bandidos lá nos complexos do Alemão e da Penha deveria ter bandido de colarinho branco também, porque esses dão um prejuízo muito grande à sociedade. A roubalheira no Brasil, Sr. Presidente, está endêmica, sistêmica e generalizada. E o sistema sempre protege o sistema.

O que é mesmo que o ditador da toga, o imperial político, foi fazer no Rio de Janeiro? Se não foi ajudar o Cláudio Castro, ele não poderia ter ido lá. Inclusive, já que colocaram um invasor de propriedades, o Boulos, no Ministério para fazer o que ele sabe, atrapalhar o Brasil, por que esse descondenado Lula e ex-presidiário não contrata para o Ministério da Justiça um homem de verdade, o Cláudio Castro, para acabar com as facções criminosas do Brasil? Quem sabe não está surgindo um novo Bukele? Esse Ministro Ricardo Lewandowski já passou da época. Ele já se aposentou, na verdade, e está lá fazendo não sei o quê. Esse ex-Ministro do STF é hoje um Ministro da Justiça que envergonha muito o Brasil, protegendo, inclusive, Sr. Presidente, facções criminosas. O filho dele é advogado de facções criminosas.

Será que não há informação privilegiada para esses bandidos estarem escapando das buscas e apreensões? Na última busca e apreensão que houve, quando se falou de lavagem de dinheiro em posto de combustível, o filho dele era advogado, e nós sabemos muito bem que a operação pode ter vazado, porque não prenderam quase ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 15/52

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-21:16
Publ.: DCD	- Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
05/11/2025 - 307		
FALA DO PRESIDENTE OU NO ORDEM DO DIA EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DISCURSO		

Sumário

O Presidente informou que catorze destaques foram apresentados ao Projeto de Lei (PL) nº 8.889, de 2017, e informou sobre a intenção de apreciar os



destaques no dia seguinte, cancelando as Comissões e iniciando a sessão às 10 horas da manhã para análise dos destaques, pauta ambiental e climática, além de encaminhamento da votação sobre o Conanda. Ademais, reconheceu publicamente o trabalho realizado pela Deputada Jandira Feghali e pelo Deputado André Figueiredo junto à classe artística e às plataformas, bem como destacou a contribuição do Deputado Doutor Luizinho, Relator, na construção da convergência sobre o assunto. Considerou a aprovação do relatório do PL uma grande contribuição ao País, possibilitando melhor financiamento da classe artística, apoio a projetos nacionais e geração de emprego e renda no Brasil, ressaltando a votação com mais de trezentos votos como demonstração da construção política da Casa. Informou ainda que não presidiria os trabalhos no dia seguinte por missão oficial previamente agendada e que participaria da abertura da COP com Chefes de Estado na quinta-feira, deixando a sessão sob condução do Deputado Altineu Côrtes ou outro membro da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Nós temos quatorze destaques apresentados pelas Lideranças.

Hoje iniciamos a sessão às 14 horas. Eu gostaria de pactuar que apreciaremos os destaques no dia de amanhã. Estou cancelando as Comissões. Nós começaremos a sessão às 10 horas da manhã, impreterivelmente, para apreciar os destaques e, em seguida, também a pauta ambiental e do clima. Parece que temos também o encaminhamento da votação da questão do Conanda.

Quero, antes disso, reconhecer, Deputada Jandira Feghali e Deputado André Figueiredo, o trabalho que V.Exas. realizaram nesse projeto. Tanto a Deputada Jandira quanto o Deputado André fizeram um belo trabalho, discutiram muito esse assunto com a classe artística e com as plataformas.

Gostaria, portanto, de fazer esse reconhecimento público ao ex-Ministro André Figueiredo e à Deputada Jandira Feghali, uma das Deputadas mais experientes desta Casa.

Quero dizer que o fruto da aprovação do relatório do Deputado Doutor Luizinho, a quem cumprimento pelo trabalho, se deu graças também a esse trabalho prévio realizado por V.Exas. e à capacidade que o Deputado Doutor Luizinho teve de construir essa convergência acerca do assunto.

Penso que a Câmara dos Deputados, na noite de hoje, dá uma grande contribuição ao País, trazendo, de maneira justa, a condição de vermos a nossa classe artística sendo mais bem financiada, apoiando projetos nacionais, ajudando a gerar emprego e renda no Brasil.

Fica registrada aqui, portanto, a nossa homenagem e esse reconhecimento público à Deputada Jandira Feghali, ao Deputado André Figueiredo e também ao Deputado Doutor Luizinho, que realizou um grande trabalho. Sei o quanto, nesses últimos dias, ele foi demandado e o quanto foi necessário se reunir para



poder construir o texto ora aprovado.

Penso que essa é uma vitória da construção política desta Casa, respeitando, claro, quem pensa diferente, quem votou contrariamente. A Casa dá uma demonstração, numa votação com mais de trezentos votos — 330 votos — no mérito da matéria.

Amanhã apreciaremos os destaques e os demais itens da pauta.

Eu, por motivo de missão oficial, previamente agendada, não presidirei os trabalhos de amanhã; e, na quinta-feira, participarei da abertura da COP com os Chefes de Estado. Então, a sessão será conduzida amanhã pelo Deputado Altineu Côrtes ou por qualquer outro membro da Mesa.

Quero, antes de encerrar a sessão, passar a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, ao Deputado José Medeiros e ao Deputado Nikolas Ferreira.

Depois encerrarei a sessão.

Documento 16/52

240.2025	Sessão Ordinária	04/11/2025-10:00
	CD	
Publ.: DCD - 05/11/2025	- Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
343		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à comunidade do Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, caracterizando-a como gesto de grandeza política e sensibilidade humana. Destacou que o encontro representou reconciliação entre Brasil urbano e Brasil profundo, reconhecendo floresta em pé como projeto de civilização. Ressaltou ainda que a visita ocorre às vésperas da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025) a ser sediada em Belém (PA), marcando novo protagonismo brasileiro no debate global sobre futuro do planeta. Além disso, apontou que afirmação presidencial sobre necessidade de olhar Amazônia com devida atenção devolve dignidade a povos que a sustentam há séculos, integrando justiça social e equilíbrio ambiental. Reafirmou que Amazônia constitui laboratório de bioeconomia e sociobiodiversidade, exemplificado pela comunidade do Jamaraquá com turismo de base comunitária e manejo sustentável, demonstrando que desenvolvimento e preservação podem caminhar juntos. Finalmente, expressou confiança de que COP 30 será marco histórico ao amplificar vozes de povos indígenas, ribeirinhos e mulheres amazônicas, posicionando Brasil como



consciência moral e exemplo de coragem política na governança climática e justiça ambiental.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Subo a esta tribuna com o coração cheio de esperança e de orgulho para destacar um gesto de grandeza política e sensibilidade humana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste domingo, o presidente esteve na comunidade do Jamaraquá, no coração da Floresta Nacional do Tapajós, no oeste do Pará — um território de vida, de resistência e de sabedoria ancestral. Lá, ele não foi apenas ouvir, mas dialogar com quem conhece de perto o pulsar da Amazônia: os ribeirinhos, extrativistas e guardiões da floresta.

Essa visita, senhoras e senhores, não foi apenas uma agenda de governo. Foi um ato simbólico de reconciliação entre o Brasil urbano e o Brasil profundo, entre a política institucional e as raízes da nossa identidade amazônica. O presidente Lula mostrou que governar é também compreender o território, olhar nos olhos do povo e reconhecer que a floresta em pé é um projeto de civilização, não apenas de preservação.

Estamos às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — a histórica COP 30, que será sediada em Belém, no nosso querido Pará. Este não é um evento qualquer. É a consagração de um novo protagonismo brasileiro no debate global sobre o futuro do planeta. E é também o reconhecimento de que o Brasil, sob a liderança de Lula, voltou a ser ouvido, respeitado e admirado no cenário internacional.

Ao afirmar que “a COP 30 é o momento em que o mundo será obrigado a olhar a Amazônia com os olhos que deve olhar”, o presidente Lula devolve dignidade a quem vive e cuida dessa região há séculos. Ele nos lembra que não se trata apenas de manter a floresta em pé, mas de garantir educação, saúde, renda e dignidade para quem a sustenta com suas mãos, seus saberes e seus sonhos.

Essa é uma visão profundamente humanista e transformadora. Porque a sustentabilidade verdadeira não nasce de decretos frios, mas da integração



entre justiça social e equilíbrio ambiental. Não há floresta viva sem povo vivo. Não há Amazônia preservada sem política pública que valorize o extrativista, a quebradeira de coco, o seringueiro, o pescador e o pequeno produtor.

Acompanhado da ministra Marina Silva — símbolo internacional da luta ambiental — o presidente reafirmou que a Amazônia é, antes de tudo, um laboratório de bioeconomia e sociobiodiversidade. A comunidade do Jamaraquá é exemplo concreto disso: turismo de base comunitária, produção de biojóias, manejo sustentável, respeito ao ciclo natural da floresta. É a prova de que desenvolvimento e preservação podem caminhar juntos, desde que o Estado esteja presente e o povo seja protagonista.

A COP 30 será, portanto, um marco. Não apenas porque reunirá dezenas de chefes de Estado, mas porque, pela primeira vez, o mundo ouvirá diretamente as vozes da Amazônia — dos povos indígenas, dos ribeirinhos, das mulheres que transformam a natureza em arte e sustento. O Brasil não será apenas sede da conferência; será consciência moral e exemplo de coragem política.

O presidente Lula está escrevendo uma nova página na história ambiental do nosso país. Uma página que une fé na ciência, compromisso com o planeta e amor pelo povo. Que o Congresso Nacional esteja à altura desse momento. Que façamos da COP 30 um divisor de águas para a economia verde, para a governança climática e para a justiça ambiental.

Concluo reafirmando minha admiração e meu apoio ao presidente Lula. Sua presença no Tapajós foi um gesto de humanidade; sua visão sobre a Amazônia, um ato de estadismo. Que possamos seguir esse exemplo — de olhar para o Brasil real, de ouvir o que o vento das florestas nos ensina e de lutar, juntos, para que o desenvolvimento e a preservação caminhem de mãos dadas.

A Amazônia é o coração do mundo. E o Brasil, sob a liderança de Lula, é o país que fará esse coração continuar a bater.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 17/52

241.2025

Publ.: DCD - 06/11/2025 -
62

Sessão Ordinária - CD

Claudio Cajado-PP -BA

05/11/2025-10:00

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES



Sumário

O Deputado denunciou novos vazamentos de óleo na Fazenda Bálsamo, em Esplanada (BA), responsabilizando a Petrobras por falhas recorrentes de manutenção e segurança no Polo Bahia Terra. Destacou que o problema ambiental afeta o solo, as águas subterrâneas e a saúde das comunidades locais, agravado por decisões administrativas que priorizam metas de produção em detrimento da preservação ambiental. Cobrou também transparência da Petrobras, atuação rigorosa dos órgãos ambientais e do Ministério Público da Bahia e anunciou que levará o tema à COP 30. Por fim, propôs uma audiência com a direção da estatal para discutir medidas que evitem novos desastres e protejam empregos e o meio ambiente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias, a cidade de Esplanada, no norte da Bahia, voltou a registrar derramamento de óleo na área da Fazenda Bálsamo. O fato não é isolado, integra uma sequência de falhas que têm atingido comunidades inteiras do chamado Polo Bahia Terra, sob responsabilidade da Petrobras.

Relatórios técnicos e registros da própria Agência Nacional do Petróleo — ANP indicam que as estruturas da empresa vêm operando sob risco crescente, uma das causas dos problemas. Há histórico de interdições e autuações, e agora mais um episódio ameaça o solo e as águas subterrâneas de uma região que há décadas convive com as marcas da exploração petrolífera.

Em 2021, um vazamento na estação de tratamento de óleo da mesma Fazenda Bálsamo foi registrado na base de dados da OilSpill BR. Em 2020, um duto da Petrobras, em Candeias, já havia se rompido, levantando alertas sobre a operação da Petrobras na região.

O que vemos é o resultado de escolhas administrativas que priorizam metas de produção, mas enfraquecem a manutenção e a segurança. Venho fazendo o alerta há anos, sem resultados práticos. A inércia custa caro e contamina o meio ambiente.

Sras. e Srs. Deputados, quando o óleo cru se infiltra na terra firme, ele altera a estrutura física e química do solo, reduzindo a aeração e modificando a permeabilidade. Além disso, pode atingir aquíferos, o que coloca em risco as águas subterrâneas que abastecem poços e nascentes.

Para as populações próximas, a consequência é terrível: compromete-se o acesso à água potável, aumenta-se a exposição a compostos tóxicos voláteis e cresce o potencial de doenças crônicas, isso sem falar na insegurança quanto ao uso de alimentos cultivados no solo atingido ou irrigado por águas afetadas.



A Petrobras deve explicações claras à sociedade brasileira, em especial à baiana. É essencial que publique relatórios completos sobre o incidente e apresente planos de reparação. Além disso, tanto o Ministério Público da Bahia quanto os órgãos ambientais devem agir, e é fundamental que tenham o apoio da Câmara dos Deputados.

O que aconteceu em Esplanada recentemente exige transparência e rigor. Cada punhado de terra atingido representa um alerta sobre o preço que se paga ao negligenciar o cuidado com aquilo que é de todos nós: a população e o meio ambiente.

Sr. Presidente, recentemente recebi uma comissão de representantes de vários Municípios baianos onde a Petrobras explora poços de petróleo, e eles me alertaram sobre essa falta de manutenção. Estiveram na Superintendência da Bahia — por sinal, foram muito bem recebidos — e deixaram claro que as metas financeiras estão comprometendo a manutenção das explorações. Isso não só aumenta o risco de acidentes, culminando com esse que eu acabei de relatar, como também vai atingir a mão de obra, com aumento dos terceirizados. Tenho notícia de que serão feitas demissões em massa, não apenas na Bahia, mas também em outros Estados.

Portanto, quero convocar a classe política representante dos Municípios onde a Petrobras explora petróleo a marcarmos uma audiência, com vários Parlamentares, de todos os segmentos e partidos políticos, lá no Rio de Janeiro, na sede da Petrobras, para levarmos as nossas preocupações.

Na próxima semana, vou participar da Conferência do Clima, da COP 30, e levarei essa minha preocupação às audiências e às sessões parlamentares que lá ocorrerão. Nós queremos que a Petrobras se mantenha como empresa de importância nacional e internacional, mas sem que ela prejudique o meio ambiente, sem que ela condene os trabalhadores a ser afastados das atividades por questões meramente financeiras. É preciso que haja um diálogo com a empresa e com as populações das áreas exploradas.

Portanto, eu faço o alerta e peço o apoio dos Parlamentares que pensam como nós. Vamos juntos até a Petrobras fazer esse diálogo, com o intuito de encontrar uma solução que, ainda que não seja a melhor, pelo menos não provoque consequências absolutamente nefastas, como as que estão acontecendo.

Agradeço a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 06/11/2025 - 86

Airton Faleiro-PT -PA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o sucesso da primeira semana da COP 30, realizada no Estado do Pará, e ressaltou a agenda do Presidente Lula pelos rios da Amazônia, visitando aldeias indígenas, territórios quilombolas e comunidades extrativistas em Santarém (PA), Belterra (PA) e Acará (PA). Ressaltou que Lula mostrou ao mundo “a Amazônia por dentro”, participando de atividades locais como fazer farinha e colher açaí, além de prestigiar o show de abertura da COP 30, em Belém (PA), com artistas nacionais e internacionais. Encerrou convidando todos os Parlamentares a participarem do evento.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero socializar aqui com meus pares o sucesso que está sendo a primeira semana da COP 30 no meu Estado, o Pará.

Quero destacar a agenda que o Presidente Lula fez pelos rios da Amazônia junto a aldeias indígenas, territórios quilombolas e de populações extrativistas em Santarém, Belterra e Acará.

Com a visita que fez, o Presidente Lula divulgou para o mundo todo a Amazônia por dentro. Foi fazer farinha com os indígenas, acompanhou a colheita do açaí, mostrou a nossa culinária originária. Participou do *show* de abertura da COP 30, em Belém, evento de grande sucesso, com artistas nacionais e internacionais.

Eu quero, como morador e Parlamentar do Pará, reforçar o convite para que todos os Parlamentares do Brasil estejam conosco nessa COP.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 19/52

241.2025

Publ.: DCD - 06/11/2025 - 140

Sessão Ordinária - CD

05/11/2025-13:04

Gilson Marques-NOVO -SC

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio



(Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Ademais, lamentou a pauta legislativa antidesenvolvimento, disfarçada de preocupação ambiental e propagada na semana anterior à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30). Além disso, criticou o uso de iate de luxo pelo Presidente Lula e o gasto com reuniões que poderiam ser destinados à merenda escolar e à educação ambiental. Ao final, defendeu que o verdadeiro desenvolvimento não se faz com marketing.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO lamenta haver uma pauta tão antidesenvolvimento, com a bela intenção enrustida de ajudar o meio ambiente, a ser propagandeada na semana que antecede a COP 30.

Eu vivo num mundo em que aquele iate de luxo utilizado pelo Presidente, para posar de defensor do clima, poderia ser utilizado para termos uma merenda escolar melhor.

Eu vivo num mundo em que o dinheiro utilizado naquela reunião poderia ser usado para termos uma educação que entendesse que o meio ambiente, nosso lar, deveria ser protegido.

Esse é o mundo que eu desejo, esse é o desenvolvimento de que precisamos, e não esse tipo de projeto que só tem *marketing* bonito para demonstrar para o eleitor, que infelizmente não sabe o que está acontecendo, quanto prejuízo isso traz para a Nação.

O NOVO orienta "sim".

Documento 20/52

241.2025	Sessão Ordinária - CD	05/11/2025-14:12
Publ.: DCD - 06/11/2025 - 163	Rosana Valle-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada registrou homenagem à cidade de Cubatão (SP), no litoral paulista, por ter sido a única cidade do Estado oficialmente convidada a participar da COP 30, incluindo rodadas de negociação. Destacou que Cubatão, antes conhecida como “Vale da Morte” devido à degradação ambiental, tornou-se um exemplo de resiliência e recuperação. Por fim, parabenizou o Prefeito César Nascimento e a Vice-Prefeita Andrea Castro pela oportunidade de representar o Estado de São Paulo no evento internacional, ressaltando que a presença de Cubatão na conferência simboliza a capacidade de transformação



ambiental e o compromisso com a sustentabilidade.

A SRA. ROSANA VALLE (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Parlamentares.

Eu pedi a palavra para registrar os meus cumprimentos à cidade de Cubatão, no litoral de São Paulo, única cidade do Estado de São Paulo que foi convidada oficialmente para participar da COP 30 e, inclusive, participar de rodadas de negociações.

A cidade de Cubatão é exemplo de resiliência quando se trata de recuperação ambiental. Cubatão, que ficou conhecida mundialmente, no passado, como Vale da Morte, conseguiu se reinventar. Hoje, a cidade de Cubatão é exemplo de resiliência e transformação ambiental.

Quero dar parabéns ao Prefeito César Nascimento e à Vice-Prefeita Andrea Castro pela oportunidade de representarem o Estado de São Paulo e a cidade de Cubatão na COP 30.

Obrigada.

Documento 21/52

241.2025	Sessão Ordinária - CD	05/11/2025-14:20
Publ.: DCD - 06/11/2025 - 168	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o Presidente Lula por se hospedar em um barco de luxo durante a COP 30, evento que discutirá mudanças climáticas em Belém (PA). Afirmou que a embarcação Iana III, escolhida para abrigar a comitiva presidencial, consome entre 120 e 150 litros de diesel por hora, o que considerou incompatível com o discurso ambiental do Governo. Também destacou que o barco teria sido citado em denúncias anteriores e mencionou relatos sobre trabalhadores que estariam com salários atrasados.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Chris Tonietto vai conversar ainda com o Relator. Há uma questãozinha que ela está tentando ajustar com o Relator. Ela está conversando com ele neste momento.



Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um registro. É difícil achar que o Governo Lula tem alguma moral para falar de meio ambiente, quando o barco-hotel do Lula, na COP 30, consome 135 litros de *diesel* por hora. O Lula se recusou a ficar num navio da Marinha. Fez questão de ficar num iate de luxo, num barco luxuoso que consome 135 litros de *diesel* por hora.

O consumo elevado de combustível do barco-hotel Iana III, escolhido para hospedar o Presidente Lula e a Janja em Belém nos dias que antecedem a COP 30, chama atenção por contrastar com o tema do evento, que é a segurança do clima no planeta.

Sr. Presidente, fontes que acompanham de perto a operação informaram ao *site* PlatôBR que durante a navegação o barco utiliza de 120 litros a 150 litros de *diesel* a cada hora. Essa embarcação, que pertence a uma empresa de Manaus, foi até Belém para atender à comitiva presidencial, que não pode ficar num navio da Marinha — não pode!

Com capacidade para até 65 pessoas, o Iana III está atualmente atracado em uma base da Marinha na capital do Pará.

O barco luxuoso, bastante luxuoso, usado por Lula na COP 30 já foi citado em várias denúncias.

A COP 30, prevista para acontecer entre os dias 10 e 21 de novembro, reunirá Chefes de Estado e Líderes de Governo na capital paraense. Eles vão discutir questões climáticas e desenvolvimento sustentável. Os critérios para a escolha do barco de Lula...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. Bloco/PT - PE) - Deputada...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - A Deputada Chris continua apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. Bloco/PT - PE) - Nós temos que ouvir a orientação das outras bancadas, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Estou concluindo em 30 segundinhos, Sr. Presidente.

Os critérios para a escolha do barco de Lula, peça de divulgação da COP 30, em Belém do Pará, realmente mostram que ele não está nem um pouco preocupado com o meio ambiente.

E, mais, esta manhã eu assisti a um vídeo que mostra que trabalhadores lá estão sem receber salários. Tiveram que interditar uma via, porque não recebem salário.



Obrigada.

Documento 22/52

241.2025	Sessão Ordinária - CD	05/11/2025-14:32
Publ.: DCD - 06/11/2025 - 172	Reimont-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2025, sobre o Acordo de Escazú, destacando sua importância às vésperas da COP 30 e em meio à lembrança das tragédias ambientais provocadas pela Vale em Brumadinho (MG) e Mariana (MG). Afirmou que o acordo representa uma resposta às comunidades ribeirinhas e aos defensores do meio ambiente, reforçando que o Brasil enfrenta não apenas uma crise social, mas também uma crise socioambiental.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos, de fato, celebrando este acordo, que é importantíssimo, às vésperas da COP 30.

E é muito importante celebrar este acordo no dia em que a gente se lembra da tragédia provocada pela Vale, com o derramamento ocorrido nas regiões de Brumadinho e Mariana.

Celebrar este acordo, Presidente, é dar uma resposta, por exemplo, às comunidades ribeirinhas, àqueles e àquelas que defendem — e nós precisamos entender —, que não há apenas uma crise social, há uma crise socioambiental. Cuidar do ambiente, cuidar da criação, é papel de todos nós.

Parabéns ao Congresso Nacional!

Documento 23/52

241.2025	Sessão Ordinária - CD	05/11/2025-10:00
Publ.: DCD - 06/11/2025 - 365	Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou o contraste entre o discurso ambiental do Governo e suas ações, ao mencionar que o Presidente da República e a Primeira-Dama teriam se hospedado em um iate de luxo durante a COP 30, em Belém (PA). Destacou que a embarcação já havia sido alvo de operação da Polícia Federal por envolvimento com garimpo ilegal, o que revelava contradição com o discurso oficial sobre sustentabilidade. Também denunciou o abandono da BR-364, no Acre, apontando o remanejamento de R\$ 45 milhões destinados à recuperação da rodovia. Afirmou que o Governo prioriza a imagem internacional em detrimento das necessidades reais da população amazônica.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, Venho a esta tribuna hoje para falar sobre dois Brasis. Dois Brasis que coexistem sob o mesmo governo, mas que estão separados por um abismo de hipocrisia.

O primeiro é o Brasil da propaganda. O Brasil da vitrine global, que sedia a COP 30 em Belém. E agora, a imprensa nos informa que o Presidente da República e a primeira-dama estão hospedados em um barco de altíssimo luxo para participar do evento.

E a situação, Senhoras e Senhores, é ainda mais grave do que parece. Como revela a reportagem da revista Veja, este não é um barco qualquer. Esta embarcação de luxo, que hoje serve de palácio flutuante para o Presidente, já foi apreendida pela Polícia Federal. Ela foi alvo de uma operação que investigava nada menos que garimpo ilegal e crimes contra o sistema financeiro, e seu proprietário era um dos alvos da investigação.

Vejam a contradição! O Presidente da República vai a uma cúpula do CLIMA, a COP, para discursar sobre meio ambiente, hospedado em um barco que esteve no centro de um escândalo de crimes ambientais!

O que torna essa cena, a do casal presidencial em um iate que já foi lacrado pela polícia por suspeita de ligação com garimpo ilegal, um verdadeiro escárnio, é a promessa esquecida. Porque, em outubro deste ano, aqui mesmo em Belém, o Presidente Lula jurou de pés juntos que esta seria "a COP da verdade, não do luxo". Ele chegou a dizer que dormiria em um barco



simples para mostrar ao mundo "como a gente vive" na Amazônia.

Que verdade é essa, eu pergunto? A verdade do barco simples prometido ao povo ou a verdade do iate de luxo, manchado por um escândalo ambiental, onde o Presidente agora descansa com sua esposa?

Enquanto isso, existe o segundo Brasil. O Brasil de verdade. O Brasil que o povo da Amazônia vive todos os dias.

Neste Brasil de verdade, enquanto o Presidente desfruta do luxo em seu iate, a BR-364, no meu estado do Acre, se transforma em um atoleiro de lama e desespero. A mesma Amazônia que serve de pano de fundo para o luxo presidencial é, na prática, uma região abandonada à própria sorte. E, no governo do Sr. Lula, nada é tão ruim que não possa piorar. Agora sabemos que o governo remanejou R\$ 45 milhões que estavam na conta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Acre, recursos originalmente previstos para as obras de recuperação da BR-364, no trecho entre Sena Madureira e Feijó.

A BR-364 não é apenas uma estrada. É a artéria vital que conecta o Acre ao resto do país. E hoje, essa artéria está entupida pela negligência. São caminhoneiros parados por dias, perdendo suas cargas. São ambulâncias que não conseguem passar, colocando vidas em risco. São comunidades inteiras isoladas.

Aí reside a mais cruel das incoerências deste governo!

Como é possível que o mesmo Presidente que prometeu dormir num barco simples, agora se hospede em um iate de luxo ligado a um escândalo de garimpo, ignorando o povo que não consegue sequer sair de casa por causa da lama?

Isso não é apenas uma falha de gestão. É uma escolha de prioridades. E a prioridade deste governo é a imagem, é a propaganda, é o aplauso estrangeiro. O cidadão brasileiro, o acreano que precisa da estrada para sobreviver, ficou com a promessa vazia e a lama no pé.

A incoerência é a marca desta gestão. E o iate de luxo do Presidente para a COP, contrastado com a lama da BR-364 e a promessa do "barco simples", é a metáfora perfeita disso: um governo que oferece um espetáculo para o mundo, enquanto o seu povo vive uma tragédia real.

Senhoras e Senhores, o Brasil não precisa de iates. O Brasil precisa de estradas. O Brasil não precisa de propaganda. O Brasil precisa de gestão e, acima de tudo, de verdade.

Chega de governar para as câmeras! É hora de governar para as



pessoas.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 24/52

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-16:16
Publ.: - -	Mauricio Marcon-PODE -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a participação de Deputados da Esquerda na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) e os gastos do Presidente Lula com o navio alugado para o evento. Ademais, condenou o Governo Lula e sua base parlamentar por atuarem para impedir a votação de projeto de lei, que equipara facções criminosas a organizações terroristas. Além disso, apontou a incoerência de setores governistas que classificaram os vândalos do 8 de Janeiro de 2023 como terroristas, mas rejeitam aplicar essa definição às facções, apesar de seus métodos violentos, como ataques com drones e execuções brutais. Ao final, afirmou que essa resistência demonstra alinhamento do Governo Federal com os interesses das organizações criminosas.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, é uma alegria falar, sob a sua presidência.

Presidente, a maioria da Deputaiada, principalmente da Esquerda, está na "Flop 30", que pelo que parece foi criada para a turma passear e sabe-se lá mais o quê. A gente não vai entrar no mérito do navio que o Lula alugou para a sua amada Janja ir desfilar, pago com milhares e milhares de reais do dinheiro do povo brasileiro.

Mesmo longe de Brasília, Lula e a bancada do tráfico conseguem prejudicar o País. Hoje, deveria ser votado o projeto que equipara as organizações criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, a organizações terroristas, mas adivinhe, povo brasileiro, qual é a postura de Lula e de sua bancada do tráfico? Obviamente, contra o projeto. A gente precisa lembrar como o nível desse pessoal é baixo quando a gente fala em coerência.

A gente tem aqui a reportagem da Globo, obviamente veículo oficial patrocinado com recurso público, que chamou os vândalos do 8 de janeiro de terroristas bolsonaristas. Para a Globo, aquela turma que estava lá com a Bíblia na mão ou vendendo algodão-doce é terrorista. A Contag, que é uma das



maiores — aliás, a maior organização criminosa que roubou o dinheiro do aposentado —, também chamou os vândalos do 8 de Janeiro de terroristas. Eles, sim, são terroristas.

A Deputada Gleisi Hoffmann, Presidente *ad aeternum* do PT, que agora está lá no Ministério, também chamou os integrantes que participaram do quebra-quebra de terroristas. Para eles, quebra-quebra é terrorismo. Mas a mesma Deputada Gleisi, Presidente, disse que o Governo é contra equiparar facção a terrorismo. O Governo Lula é contra equiparar facção a terrorismo.

A mesma facção, caros brasileiros, que, através de *drones*, jogou bomba em policiais e moradores. E, vejam vocês, as mesmas facções que colocam pessoas vivas em tanques com jacarés para serem comidas. Para o PT e para a bancada do tráfico, isso não é terrorismo.

Se alguém ainda tem dúvida, se não foi suficiente ver os presos comemorando a vitória de Lula, ver Lula usando o boné do CPX, se você ainda tem dúvida, depois que Lula disse que esses caras são vítimas, que a bancada do tráfico defende terrorista, marginal, pense um pouco, veja o que está acontecendo aqui hoje. Eles não querem tornar o PCC e o Comando Vermelho...

(Desligamento do microfone.)

Documento 25/52

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-14:32
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 51	General Girão-PL -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado voltou a cobrar prioridade para a pauta da segurança pública na Câmara, afirmando que o tema não pode depender de acordos para ser votado. Argumentou que a Casa precisa enfrentar o debate sobre a legislação antifacções, especialmente diante do avanço do crime organizado no país. Criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, enviada pelo Governo Federal, dizendo que o texto precisa de diversas correções. Também afirmou que a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), esvaziou o plenário e classificou o evento como “um fiasco internacional”. Em seguida, elogiou o Capitão Guilherme Derrite, relator do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de



1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção; e defendeu que facções criminosas sejam tratadas na legislação como organizações terroristas. Argumentou que a ausência dessa classificação demonstra conivência do Governo com o crime organizado. Além disso, entre as medidas defendidas, citou endurecimento das penas, transferência de lideranças para presídios federais, eliminação de benefícios como visitas íntimas e a necessidade de atuação conjunta com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para responsabilizar financiadores do crime, incluindo escritórios de advocacia que, segundo ele, recebem recursos de origem ilícita.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Prezado colega e Deputado José Nelto, agradeço a V.Exa. e, de antemão, peço que esta fala tenha repercussão no programa *A Voz do Brasil*.

O tema desta semana, que já se arrasta há anos no nosso País, é o da segurança pública. Nós lamentamos muito que ainda ousem dizer que a segurança pública só pode vir para o Plenário quando houver acordo. Ora, esta é a Casa do Povo, é a Casa dos representantes do povo, onde estamos para discutir, legislar e fazer prevalecer a vontade da maioria.

Eu não estou entendendo o que nosso Deputado Hugo Motta pensa em relação a isso. As coisas não podem ser desta forma. Nós temos que ir para o embate, para que a maioria dos brasileiros, representados por nós, possa se manifestar quanto à legislação que precisa ser feita. Aliás, quando se trata de segurança pública, a legislação que precisa ser alterada neste momento é exatamente a lei antifacções.

A proposta enviada pelo Governo, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, necessita de inúmeras alterações, e nós precisamos discuti-las nesta Casa. Em razão da COP 30, que tem sido um fiasco internacional, nós temos este plenário esvaziado. Eu realmente não entendo o que está acontecendo. Nós não estamos fazendo jus ao salário que recebemos.

A segurança pública, há décadas, é motivo de preocupação. O Brasil não consegue ter a paz social que merece. A única maneira que temos de lidar com esta situação é discutir e fazer as correções necessárias para termos o mínimo de paz social no nosso País. É claro que, enquanto o Presidente da República continuar falando como falou ontem na abertura da COP 30, o Brasil realmente não será pacificado. O cara tem uma fisionomia de revanchismo e de raiva que não permitem que a paz se efetive. Ele esquece que é o Presidente da República. Ele acha que está em cima de um carro de som, ainda como sindicalista no ABC Paulista. Esta é a realidade que vivemos hoje no nosso País.

De outro lado, eu quero deixar patente nossa gratidão ao colega Deputado Capitão Guilherme Derrite pela disponibilidade de vir a Brasília para relatar o PL Antifacção. Na verdade, eu recorro que, no dia 25 de agosto deste ano, nós



fazíamos um pronunciamento neste plenário exatamente quando um emissário do Presidente Donald Trump foi ao Ministério da Justiça e, numa das reuniões, recebeu de um dos representantes que estavam com ele a informação de que o Brasil não ia enquadrar as facções criminosas como grupos terroristas. Para mim, esta foi a gota d'água de que o Governo Federal está, sim, sendo conivente com o crime organizado, está conivente com grupos terroristas, está conivente com a bandidagem internacional.

E a população fica cada vez mais vulnerável porque simplesmente o Governo não quer que a gente coloque no PL Antifacção que as facções criminosas são grupos terroristas. Ora, isso não é só uma pirataria semântica, o que a gente precisa é aumentar as penas. E isso o nosso Relator, o Capitão Guilherme Derrite, está fazendo muito bem, dobrando a quantidade de penas e colocando esses bandidos em presídio federal o quanto antes.

Quem exerceu a liderança de uma facção criminosa, de um grupo terrorista, não tem que ter benefício algum. Não tem que ter saidinha, não tem que ter visita íntima, não tem que ter nada! É bandido! É líder de bandido que tatua o palhaço em função dos assassinatos de policiais. Ou nós somos rigorosos, ou o Brasil vai continuar na mão de bandidos!

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero deixar uma solicitação aos advogados do Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil — OAB precisa estar junto com este Congresso para nós atuarmos também contra os grandes financiadores do crime organizado. Por quê? Porque o escritório de advocacia ou o advogado recebe dinheiro para defender um traficante, e esse dinheiro que está recebendo vem de onde? Vem do tráfico de drogas. Portanto, nós precisamos cortar isso daí também.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 26/52

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-14:52
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 59	Benedita da Silva-PT -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) em Belém (PA), classificando-a como marco histórico e oportunidade para discutir desmatamento, transição energética justa, preservação dos rios, economia verde e fortalecimento das populações da floresta. Ademais, informou que participará dos debates e parabenizou o Presidente Lula e a Convenção-Quadro das Nações Unidas



sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) pelo encontro. Além disso, elogiou os trabalhos da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 27, de 2024, que altera a Constituição Federal para acrescentar o Capítulo IX - Da Promoção Da Igualdade Racial, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos brasileiros pretos e pardos, e dá outras providências; destacando os seminários realizados na Paraíba, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e São Paulo e os debates sobre desigualdade racial, racismo estrutural e direitos das comunidades quilombolas. Ao final, defendeu a aprovação da PEC como um compromisso ético com a reparação histórica e parabenizou o Relator Orlando Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para destacar a COP 30, que está sendo realizada em Belém, no Estado do Pará. Essa é uma ação que representa um marco histórico e uma grande responsabilidade para o Brasil e para o mundo.

Pela primeira vez, a Conferência Global do Clima acontece no coração da Floresta Amazônica, que é o símbolo da vida no planeta, abrigo da maior biodiversidade da terra e essencial para o equilíbrio climático global.

A COP 30 é mais do que um encontro de líderes e especialistas: é o momento de que o Governo, o povo indígena, cientistas, movimentos sociais e a sociedade civil precisam para unir e transformar compromissos em resultados concretos. Nós precisamos discutir o fim do desmatamento, temos que discutir a questão da transição energética justa, a preservação dos rios, o incentivo à economia verde e o fortalecimento das populações que vivem na floresta e a protegem.

Por isso, realizar a COP 30 no Brasil é reconhecer o papel estratégico do nosso País. A luta contra essas mudanças climáticas é também a oportunidade de mostrar ao mundo que desenvolvimento e sustentabilidade podem caminhar juntos com justiça social, respeito à natureza e inclusão dos povos tradicionais.

Que a COP 30 seja, portanto, o ponto de virada! De Belém do Pará ecoará a mensagem de esperança, pois eu acredito que ainda é possível salvar o planeta, desde que haja coragem, coragem política, compromissos coletivos e amor pela vida.

A partir de amanhã, também estarei na COP 30 para debater essas mudanças para o nosso planeta.

Parabenizo o Presidente Lula!

Parabenizo a ONU Mudança Climática e todos os envolvidos na realização desse importante encontro.



Sr. Presidente, trago neste momento a esta tribuna outro assunto.

Como Parlamentar nesta Casa e Presidente da Comissão Especial do Fundo Nacional da Igualdade Racial, a Comissão da PEC 27/2024, a PEC da Reparação Racial, tenho acompanhado a atuação dos seus membros. Refiro-me especialmente aos Deputados Damião Feliciano, Josivaldo JP, Márcio Marinho, Dandara e Talíria Petrone.

Essa Comissão presenciou momentos históricos de escuta, construção coletiva e afirmação da luta do povo negro brasileiro. Estivemos anteriormente na Paraíba, depois fomos para o Maranhão, onde nós discutimos e debatemos as desigualdades existentes e as propostas concretas para que o Brasil finalmente reconheça em sua Constituição a dívida histórica com a população negra.

No Maranhão, as comunidades quilombolas lembraram que reparação é também garantir terra, dignidade e direitos. Aliás, os quilombos são um assunto que tem permeado até agora todos os seminários e as audiências públicas realizadas na Comissão.

Em Minas Gerais, o debate revelou o impacto do racismo estrutural nas oportunidades e na mobilidade social.

Na Bahia, berço da ancestralidade africana no País, a audiência foi um verdadeiro ato político e cultural em defesa da justiça racial.

Em São Paulo, o maior Estado do País, ficou evidente que a reparação é um tema nacional, que atravessa todas as classes e territórios. Esses seminários demonstram que o Brasil está pronto para dar um passo civilizatório e transformar o reconhecimento da desigualdade racial em políticas de reparação.

A PEC 27, Sr. Presidente, é mais do que uma proposta legislativa, é, sim, um compromisso ético com a verdade histórica e com o futuro. A PEC 27 é, portanto, um instrumento de justiça e de esperança, um marco na construção de um Brasil verdadeiramente antirracista e comprometido com a igualdade.

Quero neste momento parabenizar pelo esforço que tem feito o Relator da PEC na Comissão Especial, o nosso Deputado Orlando Silva, que nos acompanhou em todos os Estados onde estivemos com a Comissão.

Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância e peço-lhe que os meus pronunciamentos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.



245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-17:04
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 117	José Medeiros-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) e a forma como o Governo Federal divulgou o evento. Afirmou que havia uma diferença entre a versão apresentada pelo Governo e a realidade observada, citando problemas de infraestrutura e falta de resultados concretos. Também classificou a conferência como um fracasso e declarou que a ausência de líderes e soluções refletia a marca do atual Governo. Em seguida, orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa COP é a propaganda que o Governo está fazendo dela parecem-me muito com os números apresentados na imprensa sobre a economia e a situação do Brasil. Há duas COPs, a COP do Sidônio e a COP real. A COP real é a das salas alagadas, dos banheiros quebrados, das pessoas sem achar o que comer, um verdadeiro *flop*, o *flop* do Governo do PT. A COP está sendo uma vergonha, mas eles dizem que está tudo ótimo, que é um sucesso. É uma COP esvaziada, pois não vieram líderes, e também não apresentaram nada de solução, como a gente já esperava. Essa tem sido a constante no Governo.

O voto é "sim".

Documento 28/52

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-19:56
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 190	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, que altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o registro da transmissão direta de bens imóveis vinculados à exploração de serviços e instalações de energia elétrica, entre concessionárias de geração de energia



elétrica. Além disso, defendeu a importância da COP 30, destacando que o mundo enfrenta uma crise climática, com catástrofes em curso, como as ocorridas no Paraná e na região Sul do País. Ademais, ressaltou o protagonismo do Brasil, que já havia sediado a Eco 92 e, agora, realiza a COP sob a presidência do Presidente Lula e a presença de nações do mundo preocupadas com o clima. Outrossim, criticou posicionamentos negacionistas e afirmou que países ricos deveriam pagar a conta dos desastres climáticos e contribuir com os fundos climáticos. Por fim, criticou o fato de o Presidente Trump não ter comparecido à COP e condenou discursos demagógicos e que ignoram a gravidade da emergência ambiental.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, toda vez que uma empresa tiver que pagar um imposto, ela vai passar esse valor para os consumidores. Nós estamos aqui para defender os consumidores. Nós não vamos aceitar que se eleve a conta dos consumidores. A bancada do PT orienta contra.

E eu quero aproveitar os últimos segundos do tempo desta orientação para falar sobre a COP. Eu ouço muitas pessoas falarem contra a COP, mas, gente, o mundo inteiro está passando por uma crise climática agora. A crise não vai vir no futuro, nós estamos vendo catástrofes agora. O Presidente Lula está presidindo a COP aqui no Brasil — também sediamos a Eco 92, no Rio de Janeiro —, na presença das nações do mundo, porque estamos preocupados com o clima. Mas sei de gente que é negacionista, que não se preocupa com o clima, que quer catástrofes como a que está acontecendo agora no Paraná, como a que nós vimos no Sul. Aplaudem! E não querem que os ricos paguem essa conta. Então, cobrem do Trump, não do Lula! Era para o Trump ter vindo à COP colocar dinheiro no fundo. Não façam discurso demagógico aqui, por favor.

Documento 29/52

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-20:00
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 194	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o Brasil vive melhorias econômicas sob o Governo Lula, destacando a inflação de outubro em 0,09%, o crescimento econômico, a geração de empregos e a retomada dos programas sociais. Defendeu a queda dos juros pelo Banco Central para acelerar ainda mais o desenvolvimento. Afirmou ainda que o País, incluindo a Amazônia e a Paraíba, está satisfeito com a atual gestão, especialmente pelo compromisso ambiental demonstrado na COP. Comparou com o Governo anterior, afirmando que sua volta traria



retrocessos como fome, desemprego, cortes em universidades e estagnação salarial. Concluiu reforçando que Lula deve continuar, pois garante estabilidade e avanços para o Brasil.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meus amigos vão ficar muito tristes, porque, se estamos no Lula 3, ainda virá o Lula 4, para felicidade do povo brasileiro!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - O que é isso?! Pelo amor de Deus!

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (Bloco/PT - CE) - Ele vai morrer do coração. Tragam a ambulância! É dor de cotovelo!

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo. Parece que o desespero é grande mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sanderson. PL - RS) - Prossiga, Deputado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Vamos ter o quarto mandato do Lula. A Paraíba vai gostar, o Brasil vai gostar, e vou dizer por quê.

Notícia de hoje: a inflação oficial de outubro fica em 0,09%, a menor para o mês desde 1998. A economia está crescendo, emprego está sendo gerado, os programas sociais voltaram e há estabilidade econômica. Não há razão para a continuação do conceito fiscalista do Banco Central, não há por que manter o juro tão alto. Eles têm que baixar o juro.

Eu quero dizer que a Paraíba, que o Rio Grande do Sul, que o Brasil está feliz com o Lula. Há coisas para melhorar, como, por exemplo, o juro. Ajudem-nos! É preciso baixar o juro.

O Brasil está feliz, o povo da Amazônia está feliz, porque temos a COP, uma conferência em que se debate o respeito ao clima. Quem é negacionista meio que torce para que aconteçam eventos como esse no Paraná e o que aconteceu no Rio Grande do Sul, as catástrofes climáticas.

Parabéns, Lula! A inflação está sob controle. Nós vamos continuar fazendo o Brasil crescer.

Lula precisa continuar, porque, se voltar o outro — temos que falar da vida concreta —, que vai para a Papuda nos próximos dias, a economia não vai crescer, o Brasil vai ficar envergonhado, o povo vai voltar ao Mapa da Fome, as universidades não vão ter dinheiro, o desemprego vai aumentar, o salário mínimo vai ficar congelado. Essa é a experiência de vocês. Vocês fizeram isso.



245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-20:04
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 196	José Airton Félix Cirilo-PT -CE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou colegas da Oposição que estariam distorcendo fatos e atacando o Presidente Lula, lembrando que Bolsonaro foi preso duas vezes e segue respondendo à Justiça, enquanto Lula foi absolvido e voltou à Presidência. Além disso, destacou a importância da COP 30 sediada pelo Brasil e relatou sua participação em edições anteriores do evento. Mencionou também a sessão solene em homenagem ao Marechal Henrique Lott, símbolo de legalidade e defesa da Constituição. Por fim, afirmou que o País só avança com respeito às leis e condenou atos antidemocráticos, pedindo à Oposição que pense no Brasil de forma conjunta, defendendo projetos que melhorem a vida do povo e fortaleçam a nação.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que alguns colegas Parlamentares estão no mundo da lua, não vivem na realidade. Um se refere ao Presidente Lula como ex-presidiário. É importante lembrar que o ex-Presidente Bolsonaro foi preso duas vezes e não é ex-presidiário. O ex-Presidente Bolsonaro foi preso uma primeira vez e agora está preso pela segunda vez. Quem é preso é o Bolsonaro. Lula foi solto pela Justiça. Bolsonaro está preso. É importante vocês terem essa noção.

No mais, hoje, o Brasil e o mundo sorriem com o Governo do Presidente Lula, com a realização de um evento internacional da magnitude da COP 30. Eu já participei de diversas COPs. Participei da COP na Polônia, quando tive oportunidade de conhecer a cidade de Cracóvia, onde nasceu o Papa João Paulo II. Participei da COP no Egito, um evento também muito importante. Participei da COP na Escócia, na cidade de Glasgow, outro grande evento internacional. O Brasil está sediando um evento que todo país do mundo quer sediar. Só alguns, e não entendo como, parece que querem o pior para o Brasil. Não é possível entender essa lógica!

Hoje mesmo, Sr. Presidente, eu presidi aqui uma sessão solene em homenagem a um dos maiores brasileiros, um homem de biografia extraordinária, o Marechal Henrique Teixeira Lott. Fizemos uma homenagem extraordinária a um homem que se dedicou a defender a Constituição brasileira, a defender a legalidade — defendeu a posse do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, assim como a posse do ex-Presidente João Goulart —, e se tornou um ícone de patriotismo, de nacionalidade, de brasileirismo, alguém que tinha no coração a defesa da Pátria brasileira.

É estranho ouvir aqui discursos de alguns que querem, parece-me, que o Brasil



retroceda. Aqueles que fomentaram um golpe militar no País, que fomentaram a massa a invadir o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, estão respondendo na Justiça. Alguns estão presos, outros serão presos ainda, para que tenham responsabilidade, juízo e, acima de tudo, respeito às leis do nosso País. Nenhum país consegue se desenvolver, crescer e ser respeitado internacionalmente se suas leis não forem respeitadas, sobretudo a Constituição.

Sr. Presidente, o Presidente Lula foi preso, mas respeitou as leis do País, foi julgado e foi absolvido. Hoje é Presidente da República e continua defendendo a Nação brasileira, ao contrário de outros, que tentaram dar um golpe militar, que conseguiram arregimentar alguns generais, alguns militares, e tramaram contra a Nação, contra o nosso povo. Isso é crime de lesa-pátria, isso é desrespeito à hierarquia militar, a tudo aquilo que nós juramos defender. Sou ex-militar do Exército Brasileiro. Sempre me ensinaram a respeitar, e até hoje eu sou um cidadão que respeita a hierarquia, a disciplina, as leis, sobretudo a Constituição brasileira. Algo que o Brasil precisa aprender é respeitar as leis e, acima de tudo, defender ideias e projetos que melhorem o País.

Eu faço oposição em diversos locais no meu Estado, mas sempre digo aos Prefeitos e aos governantes que, nas cidades onde eu ando, sou sempre um gestor ao lado do povo, ao lado das nossas cidades, e procuro contribuir, procuro ajudar, estando na oposição ou na situação. Esse é o nosso papel. Evidentemente, nós temos que criticar o que estiver errado, e, como cidadão e como Parlamentar, sempre defender o melhor para a nossa Nação, o melhor para o nosso povo.

Por isso, eu faço um apelo aos colegas da Oposição: vamos pensar o Brasil grande, vamos nos juntar, vamos nos unir em defesa do que for melhor para a Pátria brasileira, para o povo do nosso País. O Brasil é hoje um país que resgatou a esperança de continuar a ser respeitado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 31/52

245.2025	Sessão Ordinária - 11/11/2025-13:55
CD	
Publ.: DCD - 12/11/2025	- Luiz Lima-NOVO -RJ
225	
ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a preparação brasileira para a COP 30 apresentou desorganização, falta de coordenação e disputas internas no Governo federal.



Disse que os atrasos nas obras em Belém e a ausência de clareza sobre investimentos comprometeram a oportunidade de o País demonstrar liderança ambiental. Informou que o evento correu o risco de se tornar palco de interesses partidários. Defendeu que a pauta climática fosse tratada com base em ciência, planejamento e resultados concretos, destacando temas como energia limpa, reflorestamento, saneamento e transporte sustentável. Também ressaltou a necessidade de políticas eficazes para populações afetadas por desastres climáticos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Brasil sedia a COP 30 — um evento de enorme relevância para o futuro do planeta, que trará os olhos do mundo para a Amazônia e para as nossas políticas ambientais. Mas, infelizmente, o que temos visto é desorganização, imprevisto e uma completa falta de coordenação por parte do governo federal.

A COP 30 deveria ser uma oportunidade histórica para o Brasil mostrar liderança, planejamento e responsabilidade. No entanto, o que vemos é uma disputa política dentro do próprio governo, atrasos nas obras em Belém, falta de clareza sobre os investimentos e ausência de um plano consistente para apresentar ao mundo. O evento que deveria unir o país em torno da pauta ambiental corre o risco de se transformar em um palco de vaidades e ideologias partidárias.

Senhoras e senhores, a questão climática é urgente e séria demais para ser sequestrada por interesses políticos. Mudanças climáticas não são bandeira de esquerda nem de direita — são um desafio civilizatório. Precisamos discutir energia limpa, reflorestamento, gestão de resíduos, saneamento básico e transporte sustentável com base em dados, ciência e eficiência, não em slogans ideológicos.

O Brasil tem um papel central nesse debate, mas para isso precisa agir com responsabilidade, e não com discurso vazio. É hora de tratarmos a pauta ambiental com a seriedade que ela exige, buscando resultados concretos para o povo brasileiro — especialmente para as populações mais afetadas pelos desastres climáticos, que não podem mais esperar.

Muito obrigado.



245.2025	Sessão Ordinária - 11/11/2025-13:55
	CD
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 229	Rubens Otoni-PT -GO
	ENCERRAMENTO
	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a relevância da COP 30 e afirmou que o encontro reforçou a mobilidade urbana sustentável como eixo central da agenda climática. Lembrou que o transporte respondeu por parcela significativa das emissões globais e defendeu a ampliação do transporte coletivo e de alternativas aos combustíveis fósseis. Mencionou avanços legislativos, como o Paten e a Lei do Combustível do Futuro, e ressaltou a tramitação do marco legal do transporte público. Citou ainda estudos do Governo Federal sobre Tarifa Zero e a necessidade de expandir a rede estruturada de mobilidade até 2054. Apontou investimentos do Novo PAC, incluindo obras, integração viária e renovação de frota, como parte dos compromissos brasileiros na COP 30.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS OTONI (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor presidente, ilustres deputados e deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara e pelas redes sociais, como Presidente da Câmara Temática de Mobilidade Urbana da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, a Frenlogi, venho pronunciar a respeito da COP 30, que teve a sua abertura no dia 10 de novembro de 2025, reforçando a mobilidade sustentável como um dos pilares para o desenvolvimento de uma nova realidade urbana no Brasil.

Senhoras e senhores parlamentares, neste momento o mundo volta os olhos para o nosso País. A cidade de Belém se torna Capital Federal e recebe a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30. Trata-se de um marco na luta global por um futuro sustentável. Este é um momento de grande responsabilidade e, ao mesmo tempo, uma oportunidade histórica para reafirmarmos o papel do Brasil como líder na agenda ambiental e de transição energética.

A COP 30 ocorre em um contexto no qual as cidades se tornaram o centro dos desafios e das soluções climáticas. É justamente nesse ponto que a mobilidade urbana sustentável assume protagonismo. O setor de transportes



é responsável por cerca de um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa. Portanto, repensar o modo como nos deslocamos é fundamental para enfrentar a crise climática e construir sociedades mais justas e resilientes. A transição exige mudanças de cultura e incentivos ao transporte coletivo e às alternativas ao combustível de origem fóssil.

Presidente, o Brasil tem dado passos concretos nesse sentido. Em um passado recente, esta Casa contribuiu decisivamente com legislações que abrem portas para atividades econômicas sustentáveis. A Lei do Programa de Aceleração da Transição Energética, o Paten, por exemplo, foi um avanço importante, pois facilita acesso ao crédito para projetos sustentáveis, estimula a modernização da infraestrutura energética e reforça o papel do Brasil no combate às mudanças climáticas. Tivemos também a sanção da Lei do Combustível do Futuro, que posiciona o país na liderança para uma transição energética justa, equilibrada e inclusiva.

Atualmente, está sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.278, de 2021, que propõe um marco legal do transporte público coletivo urbano. Ele ampliará as condições para o financiamento do setor e para a instituição e o fortalecimento da governança interfederativa, permitindo que a União, os estados e os municípios compartilhem responsabilidades, inclusive na concessão de subsídios às tarifas públicas.

Estimados e estimadas parlamentares, estamos vivendo um momento oportuno para avançarmos com a mobilidade urbana e com uma nova forma de construirmos as nossas cidades. O Presidente Lula já sinalizou quanto a possibilidade de termos apoio do Governo Federal para o custeio do transporte público, encomendando ao Ministro da Fazenda estudos sobre a Tarifa Zero. Além disso, o Ministério das Cidades e o BNDES têm elaborado um Estudo Nacional de Mobilidade Urbana para as 21 maiores regiões metropolitanas do Brasil. Os avanços dos trabalhos mostram que o País precisará ampliar em cerca de 2.500 km a sua rede estruturada de transporte coletivo até 2054, praticamente dobrando a malha de metrô e quadruplicando a de BRT e VLT. Essa expansão é fundamental para garantir transporte público de qualidade a milhões de brasileiros, minimizar os efeitos negativos dos congestionamentos e das emissões de poluentes, e reduzir o tempo de deslocamento entre as moradias e os polos de trabalho e estudo.

Povo brasileiro, com o Novo PAC já foram iniciados esses investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana. O Programa do Governo Lula contempla um investimento total de 35,7 bilhões de reais em



mobilidade urbana sustentável, com obras voltadas a grandes e médias cidades. Desse montante, foram destinados quatro bilhões de reais para a retomada e conclusão de 37 empreendimentos, os quais 13 já foram entregues à população nos dois últimos anos. Em 2025, a segunda etapa de seleções autorizou mais de 9,8 bilhões de reais para novos investimentos em obras de transporte público coletivo e sua integração com infraestruturas de mobilidade ativa, como ciclovias e ciclofaixas.

Há também um programa específico para renovação de frota. Em 2023, foram selecionadas propostas que totalizam 10,6 bilhões de reais em investimentos, destinado à aquisição de 2.296 ônibus elétricos, 3.015 ônibus do tipo Euro 6, que contam com emissão reduzida de poluentes, além de 39 veículos sobre trilhos, beneficiando 98 municípios. Até agosto de 2025, a segunda etapa selecionou mais 3,7 bilhões de reais para a renovação de frota.

Senhoras e senhores, esses investimentos do Novo PAC dialogam diretamente com a agenda climática e com os compromissos que o Brasil terá no âmbito da COP 30. É importante que este Parlamento intensifique o compromisso em prol de uma mobilidade sustentável, porque trata de uma política pública que é um pilar da justiça climática e social. É a expressão concreta do direito à cidade, do acesso equitativo aos bens urbanos e da valorização da vida humana. Cada quilômetro de corredor exclusivo, cada ônibus elétrico ou VLT circulando representa menos poluentes, menos desigualdade e mais qualidade de vida.

Que a COP 30 seja, portanto, a conferência em que o Brasil consolide uma nova visão de desenvolvimento urbano com baixa emissão de carbono, centrada nas pessoas e capaz de gerar prosperidade.

Obrigado.

Documento 33/52

248.2025	Sessão Ordinária	- 12/11/2025-13:55
	CD	
Publ.: DCD - 13/11/2025	- Ricardo Ayres-REPUBLICANOS -TO	
198		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a realização da COP30 em Belém (PA) representa uma oportunidade histórica para o Brasil demonstrar liderança climática e



compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável. Destacou a importância da Amazônia para o equilíbrio ambiental e defendeu que as decisões fossem construídas com participação das populações que vivem no território. Mencionou desafios de infraestrutura e hospedagem na cidade-sede e apontou a necessidade de melhorias estruturais. Também ressaltou que o agronegócio brasileiro teve papel estratégico na agenda ambiental, ao unir produção e preservação. Defendeu que o País transformasse compromissos climáticos em ações, com foco em desmatamento, bioeconomia e recuperação de áreas degradadas, e afirmou que o Parlamento deveria assegurar transparência e segurança jurídica nas políticas adotadas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RICARDO AYRES (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS-TO) pronuncia o seguinte discurso:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O Brasil vive um momento histórico. A cidade de Belém, no coração da Amazônia, está recebendo o maior evento climático do planeta — a COP30. Receber essa conferência é uma honra, mas, sobretudo, uma imensa responsabilidade. O mundo volta seus olhos para nós, não apenas pela grandiosidade da Amazônia, mas pela expectativa de que o Brasil lidere, com exemplo e coerência, o caminho para um futuro sustentável.

A escolha da Amazônia como sede é simbólica e poderosa. Trata-se do bioma que mais contribui para o equilíbrio climático do planeta, mas também o que mais sofre com a pressão do desmatamento, da grilagem e das desigualdades sociais.

A sustentabilidade não pode ser definida de cima para baixo, mas construída junto com quem vive e protege o território. A COP30 deve ser, portanto, uma oportunidade para o mundo ouvir a Amazônia e reconhecer que desenvolvimento e preservação só caminham juntos quando há inclusão e justiça social.

Entretanto, também é necessário falar com realismo sobre os desafios. Reportagens recentes apontaram as dificuldades de infraestrutura,



hospedagem e transporte em Belém, com valores elevados e escassez de vagas. A COP precisa ser um encontro de todos, não um evento restrito a quem pode pagar. Que essa experiência sirva de aprendizado para que o país melhore sua logística, sua rede hoteleira e sua capacidade de acolher o mundo com dignidade e eficiência.

Mas há algo que precisamos reafirmar com convicção: o Brasil pode ser, sim, uma potência ambiental e agroalimentar ao mesmo tempo. O agronegócio brasileiro, muitas vezes tratado como vilão, tem dado exemplos importantes de inovação, produtividade e compromisso com a sustentabilidade. Mais de dois terços da produção nacional vêm de áreas já abertas, e a integração entre lavoura, pecuária e floresta tem mostrado resultados expressivos na redução de emissões. O agro que preserva e produz é aliado da agenda ambiental. Não há antagonismo entre produzir e proteger — há uma convergência estratégica. E essa convergência deve ser reconhecida e fortalecida na COP30.

O Brasil tem um papel de liderança natural nas negociações climáticas. Somos um dos poucos países que podem unir biodiversidade, energia limpa, capacidade de produção de alimentos e matriz energética renovável. O Presidente da República afirmou que esta será “a COP da implementação” — e esse é o ponto central. O tempo dos discursos passou. É hora de transformar compromissos em políticas públicas, de traduzir metas em ações concretas, de vincular financiamento a resultados mensuráveis. A redução do desmatamento, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da bioeconomia e o estímulo à ciência aplicada à floresta precisam estar no centro das decisões.

E o Parlamento brasileiro tem papel essencial nesse processo. Cabe a nós acompanhar, propor e fiscalizar as políticas que serão firmadas em Belém. Precisamos garantir transparência nos compromissos assumidos, previsibilidade nos investimentos e segurança jurídica para que o setor produtivo — especialmente o agro — possa investir com confiança em inovação e sustentabilidade.

Senhoras e Senhores, o mundo espera que o Brasil seja exemplo. A COP30 não é apenas um evento diplomático — é um teste moral e político para o nosso país. Temos a chance de provar que é possível crescer sem



destruir, produzir sem degradar, liderar sem impor. A Amazônia deve ser a vitrine de um novo modelo de desenvolvimento — um modelo que respeita o meio ambiente, valoriza o produtor rural, fortalece os povos tradicionais e garante prosperidade ao nosso povo.

Que possamos sair da COP30 não apenas com declarações, mas com um legado: o de um Brasil que uniu a força da sua agricultura com a sabedoria da sua floresta. Um Brasil que mostrou ao mundo que desenvolvimento e sustentabilidade são inseparáveis quando existe compromisso, planejamento e amor pelo país.

Muito obrigado.

Documento 34/52

248.2025	Sessão Ordinária	- 12/11/2025-13:55
	CD	
Publ.: DCD - 13/11/2025	- Vander Loubet-PT -MS	
203		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a aproximação da COP30 ampliou a relevância do debate ambiental no País, mas ressaltou que o tema já se consolidava como pauta permanente diante da necessidade global de redução das emissões de carbono. Explicou o papel da conferência e destacou os dez anos do Acordo de Paris, lembrando que, embora as projeções tenham melhorado desde 2015, o mundo ainda estava distante das metas de limitar o aquecimento global. Apontou que o Brasil possuía vantagem por sua matriz energética renovável, mas defendeu avanços adicionais, especialmente na expansão de fontes eólica e solar e no combate ao desmatamento. Afirmou que o compromisso de zerar emissões até 2050 exigiria ações integradas e reiterou disposição para contribuir nesse processo legislativo.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VANDER LOUBET (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. VANDER LOUBET (PT-MS) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a proximidade cada vez maior da COP30, que o Brasil vai sediar em Belém, sem dúvida é uma circunstância que



faz o tema do meio ambiente ganhar especial relevância.

Mas a crescente presença do tema na pauta do debate público —e, é claro, do Parlamento— não pode ser atribuída só a essa flutuação momentânea. É uma tendência inevitável. Ao longo deste século, todos vamos falar cada vez mais sobre meio ambiente. Não tem como escapar disso. A humanidade vai ter de limitar as emissões de carbono, ou sofrer as consequências. De um modo ou de outro, o meio ambiente vai estar em pauta.

Só por ajudar a despertar essa consciência, já é muito oportuna a realização da COP30 no Brasil. Ao cidadão que nos ouve, convém explicar: COP30 é a trigésima conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, um tratado internacional que diz respeito à contenção das emissões de gases estufa, a fim de limitar o aquecimento global.

A Conferência deste ano é especial, entre outros motivos, por marcar os dez anos do Acordo de Paris, cujo objetivo é garantir que o aumento da temperatura média global, em relação aos níveis pré-industriais, não chegue a 2 °C, e que preferencialmente fique abaixo de 1,5 °C.

Por enquanto, o mundo ainda não está a caminho de cumprir essas metas, mas é inegável que já houve algum avanço. Em 2015, quando o Acordo de Paris foi celebrado, as projeções dos cientistas indicavam que o mundo chegaria a 2100 com um aumento de temperatura superior a 3 °C. Já em 2023, na primeira avaliação de resultados, a conclusão foi que o mundo chegaria a 2100 com um aumento de temperatura entre 2,5 °C e 2,9 °C. Comparativamente, é um progresso, mesmo que ainda seja insuficiente para alcançar o objetivo proposto.

A luta para fazer as estimativas baixarem ainda mais vai ser uma preocupação cada vez mais urgente para todos os povos do mundo.

Na corrida rumo à nova economia verde, em tese, o Brasil tem uma vantagem, já que a nossa oferta de energia vem predominantemente de fontes renováveis. Por aqui, basta combater o desmatamento, responsável por 46% das emissões, para já avançar muito.



Não obstante, o ideal seria que, mesmo já tendo uma matriz energética bastante limpa, também avançássemos nessa área. Com as mudanças climáticas, os regimes de chuvas podem se tornar menos confiáveis. Vamos precisar de alternativas limpas à energia hidroelétrica, como a eólica e a solar.

O Poder Legislativo tem elaborado normas voltadas a favorecer a produção a partir dessas fontes, bem como a pesquisa de novas tecnologias. Concretamente, porém, acredito que o País ainda está abaixo de seu potencial. Ainda há muito espaço para crescer.

Para cumprir o compromisso de zerar emissões até 2050, vamos precisar agir em todas as áreas. A COP30 precisa nos encher de disposição não só para zerar o desmatamento, mas também para minimizar as emissões de outras origens, como as do setor de energia. Juntando as fontes eólica e solar à já amplamente usada energia elétrica, temos condições de ser um exemplo para o mundo.

Espero que consigamos. Alcançar a meta vai exigir muito trabalho, mas, pelo menos no que diz respeito ao meu mandato, garanto que não faltará disposição.

Muito obrigado

Observação: solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa a ``Voz do Brasil`` e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 35/52

248.2025	Sessão Ordinária	- 12/11/2025-13:55
	CD	
Publ.: DCD - 13/11/2025	- Wilson Santiago-REPUBLICANOS	-PB
208		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que a COP30, realizada em Belém (PA), representou um



marco político e simbólico ao aproximar o debate climático da realidade amazônica. Ressaltou que a Conferência ocorreu em um momento decisivo, diante do avanço dos desastres climáticos e da persistência das desigualdades. Observou que a COP30 marcou dez anos do Acordo de Paris e reforçou a urgência de transformar compromissos em ações concretas, com metas e financiamento definidos. Defendeu o fim do desmatamento até 2030, a centralidade das populações vulneráveis nas decisões e a integração entre clima, economia e geração de emprego. Também mencionou a necessidade de ampliar investimentos privados, fortalecer a governança global e avançar na transição energética. Concluiu que a Conferência deveria deixar legados duradouros para a Amazônia.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A Trigésima Conferência de Partes criada pelas Nações Unidas para a Mudança do Clima-COP30 é o órgão responsável por tomar as decisões necessárias para implementar os compromissos assumidos pelos países no combate à mudança do clima. É o maior evento global das Nações Unidas para discussão e negociações intergovernamentais sobre mudança climática.

Anteriormente à COP30, houve uma série de reuniões preparatórias oficiais e eventos paralelos, tanto no Brasil quanto internacionalmente, visando alinhar as pautas e buscar consensos antes da conferência principal em Belém.

Neste momento, e até o próximo dia 21 de novembro, a capital federal brasileira está temporariamente transferida de Brasília para a cidade de Belém. Levar a Conferência para Belém foi uma decisão política e simbólica desenhada para aproximar o debate climático da realidade concreta de quem vive e protege a floresta.

A capital paraense demonstrou capacidade de receber um evento de escala planetária, com infraestrutura reforçada, logística eficiente e uma atmosfera que reflete a diversidade, a hospitalidade e o compromisso ambiental do povo amazônico. Nestas duas semanas, Belém será palco de negociações importantes, reunindo governadores, prefeitos, parlamentares, cientistas e organizações da sociedade civil. Estão sendo duas semanas decisivas para a ação global com relação às conquistas ecológicas.

A presença de lideranças indígenas, quilombolas, cientistas e chefes de Estado na cerimônia de lançamento da COP30 reforçou a ideia de que a Amazônia é a protagonista do debate. Por estar sendo realizada no ambiente



específico amazônida, é que, nesta Conferência, estamos discutindo a importância da Amazônia dentro da própria Amazônia, discutindo a questão indígena vendo os indígenas, a questão dos povos ribeirinhos vendo como vivem os ribeirinhos.

A COP30 marca os dez anos do Acordo de Paris, firmado em 2015, para limitar o aquecimento global a 1,5 graus celsius em relação aos níveis pré-industriais. Mas, mesmo que todas as metas atuais sejam atingidas, as projeções indicam uma elevação da temperatura entre 2,3 graus celsius e 2,5 graus celsius até o fim deste século. Quer dizer: a mudança do clima já é uma tragédia com que nos deparamos nos dias atuais, não se limitando a ser enfocada apenas como uma ameaça para o futuro. Assim, a Conferência ocorre em um momento decisivo para o planeta, diante da escalada dos desastres climáticos e do aumento das desigualdades.

As atenções se voltam para as medidas de negociação onde os compromissos terão de se transformar em planos concretos, com metas, prazos e recursos definidos.

Com relação à preservação florestal, entendemos que, para que resultados transformadores em prol das florestas em nível global sejam possíveis, a COP30 deve acordar um plano de ação para o fim do desmatamento e da degradação florestal até 2030, com capacidade de coordenar e fortalecer esforços existentes. No Brasil, temos exemplos de cidades que demonstram ser possível liderar ações climáticas locais de maneira estratégica estruturada, apesar de apenas 13 capitais e o Distrito federal possuírem planos de ação climática.

Três eixos de ação deverão orientar as negociações: o cumprimento dos compromissos climáticos já assumidos, o fortalecimento da governança mundial e colocar as pessoas no centro das decisões a respeito do clima. Os principais desafios incluem alinhar o compromisso de países desenvolvidos e em desenvolvimento em relação ao financiamento climático, garantir que as metas de redução de emissões poluidoras sejam compatíveis com a ciência e lidar com os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas sobre populações vulneráveis.

Inclusive, a mudança climática representa uma verdadeira emergência de direitos humanos no centro de negociações e decisões a respeito do clima, especialmente para as pessoas e grupos que estão em situação de maior vulnerabilidade. Vê-se, então, que a COP30 faz história ao colocar grupos minoritários como as mulheres, os povos indígenas, as comunidades



tradicionais e as populações que se encontram em situação de pobreza.

A posição defendida pelo nosso país na COP30 é a de que ela deve ser voltada para a implantação, adaptação e vínculo entre clima, economia e geração de emprego. Desse modo, a ação climática precisa estar integrada a reformas econômicas e financeiras concretas.

De fato, desafios ambientais, econômicos e sociais se sobrepõem, tais como o de avançar na bioeconomia sem repetir o extrativismo predatório do passado, gerar empregos verdes que sejam dignos e culturalmente adequados, garantir que os investimentos em descarbonização incluam as comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas.

Uma das metas a serem planejadas é a de atrair capital privado para fundos já existentes ou criados especificamente para financiar projetos que contribuam com a mitigação das mudanças climáticas e o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Acordo de Paris. Este é exatamente o momento em que o setor privado pode demonstrar que liderança climática significa engajamento com o mundo real.

Senhor Presidente, a transição energética é um dos grandes temas da COP30. Ela sintetiza um dos maiores desafios das próximas décadas: transformar a forma como o mundo produz e consome energia, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e ampliando o uso de fontes renováveis.

Com a Conferência, o Brasil tem diante de si o desafio de equilibrar sua condição de potência ambiental, articulando consensos em um cenário global cada vez mais polarizado sobre o futuro energético do país. E o governo brasileiro apresentou um roteiro para a mobilização de um trilhão e trezentos bilhões de dólares por ano em financiamento climático para países em desenvolvimento até 2035; para tanto, tornam-se necessárias iniciativas como a implementação de taxas de “pagamento de poluidores”, reformas multilaterais de bancos de desenvolvimento e medidas que possam dar conta das crises da dívida que forçam as nações pobres a assumir empréstimos de juros elevados. É preciso também promover instrumentos que perdoem a dívida dos países em troca de esforços para implantar ações de combate às mudanças climáticas.

Vejo a COP30 como um exemplo a ser seguido ao destacar a importância da região amazônica para a regulação climática mundial. O bioma amazônico abriga cerca de 50 milhões de pessoas, entre elas 400 povos indígenas, de modo que a Conferência deverá deixar legados duradouros para os moradores da região.



Parabenizo todos os participantes da COP30 pelo seu trabalho e dedicação em enfrentar a crise climática. Que as discussões em Belém inspirem soluções justas no cuidado de nosso planeta.

Muito Obrigado!

Documento 36/52

248.2025

Sessão Ordinária - 12/11/2025-13:55
CD

Publ.: DCD - 13/11/2025 - Capitão Alberto Neto-PL -AM
205

ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado apresentou críticas ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, anunciado na COP30, que destinou 5,5 bilhões de dólares à preservação ambiental, com a meta de alcançar 125 bilhões. Afirmou que, apesar dos anúncios oficiais, as populações da Amazônia permaneceram sem acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e energia. Destacou que o fundo pagaria quatro dólares por hectare preservado, enquanto ribeirinhos e indígenas, responsáveis pela proteção da floresta, não receberiam retorno proporcional. Apontou que a maior parte dos recursos ficaria retida em estruturas administrativas e que as comunidades continuariam vulneráveis à pressão de atividades ilegais. Concluiu que a COP30 ignorou as necessidades reais da população amazônica.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Senhoras e senhores,

Mais de 5,5 bilhões de dólares foram anunciados para o Fundo Florestas Tropicais para Sempre durante a COP30 em Belém, com 53 países endossando sua declaração de lançamento. Os discursos foram eloquentes, as



fotos com líderes mundiais magníficas, os números impressionantes. A meta é alcançar 125 bilhões de dólares combinando capital soberano e investimentos privados. Um dia histórico, disseram. Uma virada de paradigma, celebraram.

Mas enquanto ministros aplaudiam de pé em salões climatizados de Belém, a verdadeira Amazônia, aquela que ninguém quer mostrar nas câmeras da COP30, continuava morrendo de fome, doença e abandono.

Vamos falar com a franqueza que os discursos oficiais evitam. O fundo propõe pagar quatro dólares por hectare de floresta preservada aos países tropicais. Quatro dólares. Enquanto isso, no interior do Amazonas, ribeirinhos não têm água potável para beber. Indígenas morrem de malária porque não há medicamentos básicos. Crianças abandonam a escola porque não existe transporte fluvial. Comunidades inteiras vivem sem energia elétrica, sem internet, sem acesso a saúde.

Onde estão os bilhões para essas pessoas? Onde está o fundo para quem realmente protege a floresta há gerações, sem receber nada em troca, a não ser a promessa vazia de que a preservação é importante?

A hipocrisia é gritante. O fundo é gerenciado pelo Banco Mundial, combina capital público e privado, e os investidores serão remunerados com taxas de mercado. Ou seja, países ricos e investidores internacionais lucrarão com a floresta que está de pé. Mas quem garante que essa floresta continue em pé? O caboclo que não derruba porque respeita a mata, mesmo sem ter o que comer. O indígena que defende seu território, muitas vezes com a própria vida. O ribeirinho que navega horas para pegar uma farinha, mas não toca na madeira.

Essas pessoas não verão um centavo desses bilhões. Ou, se virem, será através de programas assistencialistas que perpetuam a dependência, nunca geram autonomia.

A ministra Sonia Guajajara afirmou que vinte por cento dos pagamentos pelos serviços ambientais serão destinados aos povos indígenas e comunidades locais. Vinte por cento. Para quem protege cem por cento da floresta. Para quem vive lá, morre lá, e nunca recebeu reconhecimento proporcional ao sacrifício que faz.

E mesmo esses vinte por cento, quando chegarem, se chegarem, virão através de camadas e mais camadas de burocracia, intermediários, ONGs internacionais, gestores, consultores, todos tirando sua fatia antes que um real chegue efetivamente à comunidade que precisa.

A verdade nua e crua é esta: o mundo quer a floresta em pé, mas não



quer pagar o preço justo para quem a mantém assim. Quer os serviços ambientais, mas não quer investir em quem presta esses serviços. Quer as fotos bonitas, os discursos emocionantes, os compromissos internacionais, mas quando chega a hora de transformar bilhões em hospitais no interior, em escolas ribeirinhas, em saneamento básico, em oportunidades reais de desenvolvimento sustentável, o dinheiro some, evapora, fica retido em fundos internacionais administrados por quem nunca pisou no barro de uma comunidade amazônica.

E o pior de tudo é o que virá depois da COP30. Belém vai voltar a ser esquecida. Os holofotes vão se apagar. Os líderes mundiais vão embora de jatinho. E o ribeirão de Hutaimá, de Tefé, de Tabatinga, de São Gabriel da Cachoeira, vai continuar exatamente onde sempre esteve: invisível, abandonado, sobrevivendo na floresta que o mundo tanto valoriza, mas que ninguém está disposto a investir de verdade.

Porque preservar a floresta, para quem mora no conforto das capitais ou dos países desenvolvidos, é romantismo, é pauta ambiental, é soft power diplomático. Mas para quem vive lá, preservar é abrir mão de oportunidades econômicas imediatas, é recusar o madeireiro que oferece dinheiro fácil, é resistir à tentação de vender a terra para o agronegócio, mesmo quando os filhos estão com fome.

E qual é a recompensa dessa resistência heroica? Quatro dólares por hectare que talvez chegue daqui a uma década, depois de passar pelas mãos de dezenas de intermediários. Enquanto isso, o investidor internacional que colocou dinheiro no fundo vai receber sua remuneração compatível com as taxas de mercado, pontualmente, sem atraso, sem burocracia.

A COP30 poderia ter sido diferente. Poderia ter anunciado um fundo direto para as comunidades amazônicas. Poderia ter garantido que cada comunidade ribeirinha teria água potável, energia solar, internet via satélite, posto de saúde equipado, escola de qualidade. Poderia ter criado um programa massivo de desenvolvimento sustentável que tornasse economicamente viável para essas pessoas continuarem protegendo a floresta sem sacrificar o futuro de seus filhos.

Mas não. Escolhemos criar mais um mecanismo financeiro internacional complexo, com governança multilateral, administração de banco mundial, investidores institucionais e toda a parafernália da diplomacia ambiental que soa bonito nos relatórios, mas muda muito pouco na vida real de quem importa.



E o que esperar pós COP30? A resposta é brutal e honesta: mais do mesmo. As comunidades do interior continuarão abandonadas. Os investimentos prometidos demorarão anos para se materializar, se é que vão se materializar. A maior parte dos recursos ficará retida em estruturas administrativas, estudos de viabilidade, consultorias internacionais, monitoramento por satélite, tudo muito importante tecnicamente, mas que não coloca comida na mesa de ninguém.

Enquanto isso, a pressão sobre a floresta vai continuar. Porque quem vive lá precisa comer hoje, não daqui a dez anos quando o fundo estiver plenamente operacional. Precisa de remédio agora, não quando todos os trâmites burocráticos forem cumpridos. Precisa de oportunidade imediata, não de promessas de longo prazo.

E aí vem o garimpeiro, o madeireiro ilegal, o grileiro, oferecendo dinheiro vivo, imediato, sem burocracia. E a comunidade, abandonada pelo Estado, esquecida pelos bilhões da COP30, sem alternativa real, acaba cedendo. Não porque quer destruir a floresta, mas porque precisa sobreviver.

E então os mesmos países que aplaudiram o fundo das florestas tropicais vão apontar o dedo e dizer que o Brasil não está cumprindo seus compromissos ambientais. Vão ameaçar com sanções, boicotes, barreiras comerciais. Vão cobrar preservação de quem não recebeu os recursos para preservar.

A maior traição da COP30 não foi o que foi anunciado. Foi o que foi silenciado. Ninguém falou da falta de hospitais. Ninguém falou da ausência de saneamento. Ninguém falou do êxodo de jovens que fogem do interior porque lá não há futuro. Ninguém falou da professora que morreu aos 44 anos porque o sistema de saúde é precário. Ninguém falou das crianças que morrem de doenças evitáveis porque não há estrutura básica.

Falou-se de bilhões, de fundos, de mecanismos financeiros inovadores. Mas não se falou de gente. De gente de verdade, com nome, com história, com sonhos interrompidos pela indiferença sistemática de quem celebra a floresta mas esquece quem vive nela.

Então sim, temos um fundo de 5,5 bilhões de dólares e a promessa de chegar a 125 bilhões. E sim, isso pode ser tecnicamente importante para a governança ambiental global. Mas enquanto uma única criança ribeirinha morrer por falta de atendimento médico básico, enquanto um único jovem indígena tiver que abandonar seu território por falta de oportunidade, enquanto uma única família tiver que escolher entre preservar e comer, esse



fundo será apenas mais um monumento à nossa hipocrisia coletiva.

A floresta não precisa de fundos complexos administrados em Washington. Precisa de investimento direto, imediato e massivo nas pessoas que a protegem. Precisa que os bilhões se transformem em postos de saúde, escolas, energia, internet, oportunidades econômicas sustentáveis. Precisa de menos burocracia internacional e mais ação local.

Mas isso exigiria que o mundo realmente se importasse com os povos da floresta, não apenas com a floresta em si. E essa mudança de mentalidade, infelizmente, não estava na pauta da COP30.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Documento 37/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-16:48
Publ.: - -	Pedro Uczai-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou o Presidente Lula pela organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30). Ademais, destacou que o evento evidencia a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas e de promover transição energética, industrial e ecológica diante do aumento de eventos extremos no Brasil e no exterior. Além disso, ressaltou o lançamento de seu livro "Além da COP 30", no qual critica a dependência de combustíveis fósseis e apresenta alternativas para um novo modelo econômico. Defendeu também o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas, e criticou o Relator, Deputado Guilherme Derrite, por fragilizar o combate ao crime organizado ao não assegurar autonomia e recursos adequados à Polícia Federal. Ao final, afirmou que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) atuará pelo fortalecimento do enfrentamento ao narcotráfico e do papel institucional da Polícia Federal.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Girão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, início este pronunciamento cumprimentando o Brasil, as organizações, o Governo do Presidente Lula e todos que se envolveram, participaram e estão participando da COP 30, uma grande expressão mundial que mostra a importância



fundamental de se enfrentarem as mudanças climáticas, o aquecimento global. A cada semana, vivenciamos eventos extremos no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e recentemente no Paraná.

Parabéns ao Governo brasileiro que, com ousadia, mostra que é possível pensar o Brasil economicamente, pensar uma nova indústria, pensar uma nova agricultura, pensar uma nova matriz econômica e energética e, ao mesmo tempo, com esta nova perspectiva, defender o meio ambiente para preservar a vida no planeta. Quem cuida do meio ambiente cuida da vida. Quem cuida do meio ambiente, com transição energética, transição industrial, transição ecológica, cuida da própria vida humana. Esta é a grande mensagem da COP 30. Tive a alegria e a honra de lançar o livro *Além da COP 30*. Neste livro, não apenas fazemos a crítica ao atual modelo econômico das energias fósseis, mas apresentamos alternativas e possibilidades. Parabéns ao Governo do Presidente Lula! Parabéns a todos os organizadores da COP 30!

Em segundo lugar, Sr. Presidente, não há como não manifestar, junto à nossa bancada, a defesa do projeto antifacção. Olhem o que nós estamos vivendo aqui. Vejo Deputados subindo à tribuna para defender o combate ao crime organizado, e o Deputado Guilherme Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, licenciado, está protegendo o crime organizado ao não dar condições e autonomia à Polícia Federal, com recursos financeiros, para enfrentar o crime organizado. Não é possível ouvir tanto proselitismo, tanto discurso aqui, e, quando o Governo quer enfrentar o crime organizado, lá no financiamento, no setor financeiro, no patrimônio, onde está o coração, a sustentação do crime organizado e do narcotráfico, o Relator não quer dar as condições para combater a estrutura do crime organizado, que é proveniente da própria captação do patrimônio do crime organizado.

A Polícia Federal, com autonomia, com independência, certamente enfrentará o crime organizado. Nada de blindagem ao crime organizado neste País. Se o Relator não quer fortalecer o combate ao crime organizado, não quer fortalecer o projeto antifacção, então que deixe a relatoria, porque o nosso Governo e a base do Governo querem, sim, enfrentar o narcotráfico e o crime organizado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa é a direção que nossa bancada vai conduzir aqui: combate ao crime organizado, ao narcotráfico e o fortalecimento da Polícia Federal.

Documento 38/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-17:04
Publ.: - -	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



O Deputado criticou o Decreto nº 12.723, de 2025, do Governo Federal, que amplia a terra indígena localizada em Brasnorte (MT) de 46 mil para 256 mil hectares. Ademais, classificou a nova demarcação como medida arbitrária e covarde, destacando que o Governo busca reparar o constrangimento causado à população indígena durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30). Ao final, ressaltou que propriedades produtivas existem na região há mais de vinte anos e repudiou os impactos negativos da medida sobre produtores locais.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós tivemos a assinatura do Decreto nº 12.723, pelo Governo Federal, que realmente nos deixou muito preocupados. Trata-se da demarcação de uma terra indígena no meu Estado, o Estado do Mato Grosso, especificamente no Município de Brasnorte.

Sr. Presidente, eles estão aumentando essa terra indígena de 46 mil hectares para 256 mil hectares. Nós temos ali aproximadamente quatrocentos indígenas, que já moram e já estão estabelecidos dentro dessa terra indígena. Agora, o Governo, mais uma vez, de forma covarde, tácita, arbitrária, imperativa, vem com mais uma demarcação. Talvez, Sr. Presidente, para tentar corrigir a gafe e o vexame do que eles fizeram, na COP 30, com os indígenas, reprimindo-os e fazendo com que eles fossem tratados como nada.

Nós não aceitaremos isso, porque o marco temporal, a demarcação de terras indígenas, está vigente.

Então, esse tipo de coisa é covardia. Sabe por quê, Sr. Presidente?

Naquela região, nós temos propriedades produtivas, com pessoas que criam seu gado, que tiram seu leite, que plantam e que vivem naquela terra há mais de vinte e tantos anos, Sr. Presidente.

Então, fica aqui o nosso repúdio, fica aqui, sim, o nosso protesto a essa medida arbitrária do Governo Lula contra o produtor mato-grossense.

Obrigado, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. divulgação também no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 39/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-15:08
Publ.: - -	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



O Deputado criticou declarações do chanceler alemão Friedrich Merz sobre Belém (PA). Disse que as falas do líder europeu reproduzem uma visão “neocolonial e eurocêntrica”, marcada por preconceitos históricos que remontam às origens do arianismo que inspirou o nazismo. Explicou que o Brasil enfrenta desigualdades e desafios urbanos, mas não pode aceitar julgamentos “imperialistas e atrasados”. Também relatou sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém, e na Cúpula dos Povos, destacando a ausência de representação dos Governos dos Estados Unidos e da Argentina. Enfatizou que o aquecimento global ameaça a própria sobrevivência humana e exige respostas globais urgentes. Paralelamente aos debates oficiais, ressaltou a mobilização de movimentos sociais e povos tradicionais, com denúncias sobre violência sofrida por lideranças indígenas, citando o assassinato recente de um dirigente no Mato Grosso do Sul. Defendeu ainda a necessidade de uma transição energética consistente no Brasil, afirmando que o país tem potencial para liderar o uso de fontes renováveis, como a energia eólica. Além disso, ressaltou que a Petrobras deve se transformar em uma “empresa brasileira de energia”, com atuação além do petróleo. Concluiu afirmando que o Congresso terá papel central na elaboração do arcabouço jurídico necessário à transição energética e à proteção ambiental.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidenta Jandira, colegas de representação, eu gostaria muito que o chanceler alemão Merz voltasse ao Brasil e fosse ciceroneado por algumas pessoas para conhecer Belém do Pará, porque ele, tendo ficado, possivelmente, só lá na Blue Zone, trouxe uma imagem que é antiga da origem do arianismo, que inspirou Adolf Hitler a fazer aquela política segregacionista de raça pura. E S.Exa. agora repete, com aqueles conceitos que desenvolveu lá entre os seus, na Alemanha, essa visão neocolonial, atrasada.

O Brasil tem problemas? Tem, Belém tem, todas as nossas cidades têm. Há a desigualdade social, insuficiência de políticas públicas, mas essa visão imperialista, eurocêntrica é um atraso só, até porque boa parte, inclusive, dos problemas que o Brasil e outras áreas do mundo enfrentam vem da política de dominação colonial dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX. Portanto, eu chamaria isso de "neoarianismo". E é fundamental que nós, sem nenhum ufanismo, sem achar que aqui tudo é maravilhoso e perfeito, tenhamos uma reação à altura.

Acabei de ouvir o nosso Prefeito Eduardo Paes, Deputado Otoni de Paula. Ele disse que esse chanceler é um filhote de Hitler. Neto? Ele é neto de um nazista, mas também ninguém tem responsabilidade pela sua ascendência e nem muita responsabilidade sobre sua descendência, a não ser a direta. Eu rezo a Deus e me esforço pela educação dos meus filhos até hoje, para que sejam pessoas de bem, sejam pessoas éticas, sejam pessoas com sensibilidade social, o que falta muito no Brasil.

Estamos chegando da COP 30 e da Cúpula dos Povos. Não houve só a COP em que nós, Parlamentares, tínhamos acesso a uma estrutura muito bem montada,



com delegações internacionais, 193 pessoas presentes. Apenas Estados Unidos de Trump e Argentina de Milei não mandaram qualquer representação. Houve debates intensos, e espero que haja conclusões importantes, porque o aquecimento global e os problemas climáticos do mundo colocam em risco a própria espécie humana. É preciso políticas globais de enfrentamento a esse colapso.

E, paralelamente à COP oficial, ocorreu reunião de uma miríade de movimentos sociais dos mais diferentes aspectos de defesa das águas. Os povos tradicionais puderam ir à aldeia COP e ouvir relatos muito pungentes de lideranças indígenas sobre a situação de ameaça permanente em que vivem. Lá no Mato Grosso do Sul houve, inclusive, o assassinato de uma liderança, de sábado para domingo. E isso tudo compõe um painel que é de cobrança, que é de esperança, que é de drama, que é de tragédia, que é de busca por uma transição energética efetiva.

A gente não pode ficar dependendo da energia fóssil. Nenhuma fonte de energia é totalmente pura, neutra e que não causa nenhum desajuste. Todas têm algum nível de problemas. É comprovado que a energia fóssil é importantíssima; como a energia a vapor, o carvão, na Revolução Industrial, a energia fóssil, sobretudo o petróleo, tem um papel muito importante. Mas está mais do que na hora de se buscar essa transição energética.

"Petróleo no chão: oportunidade econômica, climática e social para o Brasil".

O Brasil tem um potencial enorme em todas as áreas, para energia eólica, para diversas fontes que precisam ser implementadas. A gente quer a Petrobras como uma nova Petrobras, como uma empresa brasileira de energia, e não exclusivamente, nem mais principalmente, de petróleo. Isso é possível. Isso é necessário. E é um desafio que todos temos que enfrentar.

Inclusive, Deputada Jandira, que também esteve lá, sabemos que tudo que se discute, que se debate, tem que ter um arcabouço jurídico e legal. Nós vamos trazer aqui uma série de propostas com esta preocupação central: a salvação do planeta ameaçado. É possível! É necessário! E vamos fazer a nossa parte!

Muito obrigado.

Documento 40/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-17:28
Publ.: - -	Carla Dickson-UNIÃO -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada afirmou que a realização da COP 30, organizada pelo Governo



Lula, resultou em prejuízo ambiental, desperdício de recursos e baixa presença internacional. Também disse que houve devastação na Amazônia, uso de iates movidos a diesel e leilões de poços de petróleo antes do evento. Ademais, criticou a ausência de posicionamento de ambientalistas e artistas e defendeu a CPMI para apurar gastos da conferência. Além disso, relatou denúncias de fraudes em empréstimos consignados, atingindo aposentados e até crianças, e responsabilizou integrantes do Governo. Concluiu com críticas políticas e eleitorais, mencionando o processo de cassação da Vereadora Brisa, de Natal.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

O Governo Lula não cansa de passar vergonha, principalmente internacional. Nós estamos no finzinho do que chamamos de "Flop 30", que deveria ser COP 30. O que observamos é que o Governo Lula, além de não ter pena de passar vergonha internacional, também não tem pena de gastar dinheiro público.

A conferência que foi uma vergonha, como eu já falei. Apenas 18 chefes de Estado se fizeram presentes, bem diferente da conferência de Dubai, bem diferente do que propuseram as demais conferências. Para essa conferência acontecer, tiveram que devastar 13 quilômetros de Amazônia, sendo que é uma conferência que vai falar sobre clima e vegetação e sobre biodiversidade. Para essa conferência acontecer, tiveram que ter dois iates jogando *diesel*, queimando *diesel*. Foram litros, litros e litros de *diesel* poluindo a nossa Amazônia.

Antes de a conferência acontecer, eu acho que até para que os negócios pudessem acontecer, na baía da Foz do Amazonas, de forma escondida, foram leiloados poços de petróleo, o que foi comemorado por algumas pessoas aqui, alguns Parlamentares, que eu acho que vão fazer negócios, tirando e exportando o petróleo da Amazônia, acabando com a biodiversidade.

E o mais interessante é que os ambientalistas, a turma da Esquerda, os artistas do *Salve a Amazônia* estão todos calados. O pix da Rouanet está em dia, estão todos com o bolso cheio. Vão saber de Amazônia para quê? Vão querer saber de boto para quê? Vão querer saber de índio para quê? Por falar em índio, eles fizeram o certo: invadiram o que é para ser deles. O Lula não queria mostrar para os gringos o que é a Amazônia? Pronto, tem que ter índio. E os índios se fizeram presentes.

Então, gente, é uma vergonha atrás da outra o que esse casal presidencial faz, sem falar dos gastos estrondosos da Dona Janja. Falando em gastos, eu acabei de assinar a CPMI protocolada pelo Deputado Zucco, que vai investigar os gastos exorbitantes da "FLOP 30". Eu quero estar presente nessa CPMI, porque isso é uma vergonha. Isso é uma vergonha. Enquanto nós estamos discutindo de quem é a culpa, quem são as dezenas de culpados por roubar os nossos aposentados, agora não estão roubando mais aposentados e pensionistas, mas crianças e bebês de 2 meses. Aqui no Brasil — isso é uma vergonha —, os



bebês nascem, completam 1 mês, 2 meses, e já ganham uma dívida de empréstimo consignado em seu nome, que vão levar 12 anos para pagar. Essa é a realidade, o assalto à mão armada que este Governo Lula está fazendo contra a população brasileira. Achou pouco roubar vovô e vovó, e agora está roubando também criança.

Hoje o Secretário Nacional do PT não foi preso ainda, mas será. É um tal de Bimbo, Ricardo Bimbo, não sei o nome dele. Ricardo Bimbo, com 11,1 milhões de reais de fraude do INSS. Povo brasileiro, é o seu Governo! Acorda, povo brasileiro! Lula não é o pai dos pobres, ele não é o pai dos vulneráveis. Enquanto ele e a Janja estiverem com dinheiro seu no bolso deles para comprarem sapato caro, gravata cara, ficarem tomando champanhezinho em iate caro com o seu dinheiro, ele vai se fazer de bonzinho, ainda mais agora na eleição, em que ele está trocando o seu voto por um bujão de gás. Está na hora de o povo brasileiro deixar de ser trouxa e dar uma resposta clara nestas eleições: *Fora, PT*.

Ah, Brisa, você fica, fica em casa e fica sem mandato na Câmara Municipal de Natal, para aprender a lidar com o dinheiro público. Este recado vai para a Vereadora Brisa, de Natal. Está havendo uma modalidade da cassação dela: "Brisa fica". Fica, fica em casa, fica sem mandato, para aprender a parar de debochar dos outros. Sem anistia para você, minha filha. Cuidado com o dinheiro público, porque ele é muito precioso. Não faça como o seu pai, que rouba.

Documento 41/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-17:40
Publ.: - -	Mauricio Marcon-PODE -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a reação de setores de Esquerda à declaração do Primeiro-Ministro da Alemanha, afirmando que ele apenas expressou satisfação em retornar ao seu país. Relacionou o episódio à realização da COP 30 em Belém (PA), que descreveu como teatro financiado com recursos públicos e marcado por infraestrutura precária. Também criticou a resposta do Presidente Lula e a fala do Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro (RJ), que classificou como incidente internacional. Ao concluir, avaliou que as declarações ampliaram a repercussão negativa da COP 30 e reforçaram o comportamento inadequado de autoridades de Esquerda.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) -



Obrigado, Presidente Deputado Otoni de Paula.

Bom, subo a esta tribuna hoje para falar do ataque de pelanca que esquerdóides estão tendo por causa da fala do Primeiro-Ministro alemão sobre a alegria que ele teve em voltar para casa.

Como tudo que fazem na vida, distorcem a realidade. O Primeiro-Ministro disse apenas que contente em voltar para seu país. Quando eu viajo, Presidente Otoni, uma das alegrias que eu tenho é voltar para o meu banheiro em casa, como todo cidadão tem, afinal, o nosso trono em casa é o nosso lugar sagrado. E ele simplesmente disse que estava feliz em voltar para a Alemanha, para Berlim.

Mas o ataque de pelanca se espalhou. Para o brasileiro que não sabe, está acontecendo um teatro lá em Belém do Pará, onde cerca de 5 bilhões de dinheiro público foram investidos para que Lula e Janja pudessem ficar num navio lá de altíssimo luxo, um iate de três andares, que queima tudo que dá em diesel, e eles foram falar em questão de meio ambiente.

O nobre Primeiro-Ministro alemão foi até esse evento, aliás, um dos pouquíssimos líderes que se prestou a ir para Belém do Pará fazer esse teatro sobre a questão do clima, e ficou lá poucas horas e ficou muito não contente com o que estava acontecendo lá em Belém. Viu a situação da cidade, que não tem saneamento básico, que não tem água tratada, que basicamente é o que o Brasil é de fato: um país atrasado quando comparado com o primeiro mundo. Isso é um fato, isso são números, isso é IDH, isso é comprovação, não é opinião. Assim a gente vê o ataque de pelanca dos "esquerdoides".

O Presidente Lula disse que o Primeiro-Ministro alemão teria gostado mais se tivesse ido a um bar lá no Pará. Vejam vocês o nível do nosso Presidente, que se dirige a outro líder, dizendo que tudo se resolve com cachaça. Esse é o nível do Presidente que a gente tem.

Mas, não satisfeito, alguém querendo aparecer, pois está meio apagado, o Prefeito do Rio de Janeiro, o Prefeito Eduardo Paes, vai lá e comete um incidente internacional, chamando o Primeiro-Ministro alemão, que simplesmente disse que estava feliz em voltar para casa, de, abrem-se aspas: "*filhote de Hitler, vagabundo, nazista*". Fecham-se aspas. Palavra do Prefeito do Rio de Janeiro.

Imaginem a repercussão, que já é horrível, da tal da COP, que não vai servir para nada, além de desviar recursos, agora, a gente tem o Prefeito da cidade do País chamando o Primeiro-Ministro alemão, que apenas disse que estava feliz de voltar para casa, de "*filhote de Hitler*" e "*vagabundo*".

Esse é o nível dos políticos de esquerda do País: quando não estão roubando, estão falando bobagem.



Obrigado, Presidente.

Documento 42/52

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-13:55
Publ.: DCD - -	Ricardo Ayres-REPUBLICANOS -TO	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado registrou a assinatura do termo que autorizou os estudos de viabilidade para a federalização da TO-080, ato realizado pelo Ministério dos Transportes em Palmas (TO). Afirmou que a medida representava um avanço logístico para o Tocantins e para o País, destacando que a rodovia conectava a BR-010 e a BR-153, e funcionava como corredor estratégico para o agronegócio. Mencionou o crescimento da produção de grãos no Estado e a necessidade de vias modernas para garantir competitividade. Agradeceu ao Ministro Renan Filho pelo apoio e ressaltou que a iniciativa integrou a Rota COP-30. Também registrou a presença de autoridades e defendeu o acompanhamento das próximas etapas para assegurar a federalização e futura duplicação da via.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RICARDO AYRES (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS-TO) pronuncia o seguinte discurso:

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, povo do Tocantins que nos acompanha,

Ocupo hoje esta tribuna para registrar um avanço decisivo para a infraestrutura do nosso estado e para o futuro logístico do Brasil. Refiro-me à assinatura, realizada nesta quarta-feira, dia 5 de novembro, na sede do DNIT em Palmas, do termo que autoriza a elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a federalização da TO-080. Esse ato, assinado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, atende a uma solicitação que apresentamos no início deste mandato e que defendemos de forma incansável, porque sabemos exatamente o que esta rodovia representa para o



Tocantins e para o país.

A federalização da TO-080 não é apenas uma mudança administrativa; é a porta de entrada para a modernização e, sobretudo, para a futura duplicação de um dos mais importantes corredores de integração regional. O trecho entre a BR-010 e a BR-153 conecta dois eixos estruturantes do transporte nacional. De um lado, a BR-010, rota estratégica para o agronegócio do sudeste tocaninense, com mais de dois mil quilômetros atravessando quatro estados. Do outro, a BR-153, espinha dorsal logística que corta zonas de pecuária e agricultura e leva nossa produção. A TO-080 é o elo que faltava para consolidar essa integração e fazer do Tocantins um verdadeiro ponto logístico central do Brasil.

E por que essa pauta é tão urgente? Porque o Tocantins cresce. Porque o agro tocaninense cresce. A safra 2024/2025 chegou a 9,17 milhões de toneladas de grãos — um aumento de 28% em relação ao ciclo anterior. Somos hoje o maior produtor de grãos da Região Norte. Para escoar essa riqueza, para dar segurança a quem produz e para garantir competitividade, precisamos de vias modernas, duplicadas, com capacidade para o fluxo de cargas e de passageiros. A federalização é o caminho natural e necessário para isso.

Por isso, repito aqui o que disse ontem, diante de tantas autoridades e lideranças: esta é uma vitória dos tocaninenses. É fruto do diálogo, do trabalho técnico e da persistência que temos colocado em cada pauta que interessa ao estado. Agradeço publicamente ao ministro Renan Filho, que reconheceu, em sua fala, a importância desse pleito e destacou nossa atuação contínua junto ao Ministério dos Transportes — seja na federalização da TO-080, na cobrança pela construção da Ponte JK ou na melhoria das rodovias do Norte do estado. Quando um ministro afirma, diante de todos, que o Tocantins tem um deputado que realmente defende sua gente no Congresso Nacional, isso reforça nossa responsabilidade e nosso compromisso de continuar trabalhando com seriedade e resultados.

A agenda que levou o ministro a Palmas também integra a Rota COP-30, uma iniciativa importante do Ministério dos Transportes que percorre, por terra, o caminho até Belém, cidade que sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. É simbólico que a assinatura desse ato



tenha ocorrido no contexto da COP-30, porque infraestrutura e sustentabilidade caminham juntas. Uma logística eficiente, com rotas integradas e seguras, reduz custos, diminui impactos ambientais e contribui para uma economia mais moderna e competitiva.

Quero registrar a presença e o apoio das autoridades que estiveram conosco na solenidade: o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos; o superintendente do DNIT, Luiz Antônio Garcia; parlamentares, lideranças regionais e representantes do setor produtivo. Todos compreendem que a TO-080 não é apenas uma rodovia; é um vetor de desenvolvimento, de integração e de oportunidades.

Senhor Presidente, colegas parlamentares, este é um passo importante, mas não é o último. Seguiremos acompanhando de perto cada etapa dos estudos, defendendo a rápida incorporação da TO-080 ao Sistema Rodoviário Federal e garantindo que, após sua federalização, avancemos na duplicação completa da via. O Tocantins está pronto para crescer mais, produzir mais, se integrar mais. E esse Parlamento pode ter certeza: continuarei vigilante, trabalhando todos os dias para que a infraestrutura do nosso estado esteja à altura do seu potencial.

Muito obrigado.

Documento 43/52

257.2025	Sessão Ordinária - CD	25/11/2025-16:52
Publ.: DCD - 26/11/2025 - 62	Dandara-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou a histórica Marcha das Mulheres Negras em Brasília (DF), destacando a força ancestral, a luta por reparação e bem viver, e a centralidade das mulheres negras na construção de um novo Brasil. Reverenciou referências como Lélia Gonzalez e Marielle Franco, enalteceu a liderança de Benedita da Silva e defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, que altera a Constituição Federal para acrescentar o Capítulo IX - Da Promoção Da Igualdade Racial, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial



(FNREPIR) com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos brasileiros pretos e pardos. Além disso, ressaltou pautas como demarcação de territórios quilombolas, justiça tributária, equidade, acesso universal à água, energia, educação e salário igual. Também criticou a lógica capitalista que explora corpos negros, reforçando o bem viver como alternativa. Em seguida, relatou avanços conquistados na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), como a inclusão de direitos indígenas e afrodescendentes no texto final, Plano de Ação de Gênero de Belém, fortalecimento do fundo florestal e mecanismos de transição energética justa — celebrando o protagonismo global do Brasil. Fez ainda um registro especial da presença da Deputada Eva, única mulher negra no Parlamento português, que acompanhou a marcha e as atividades no Congresso. Por fim, afirmou sua satisfação com a prisão de Jair Bolsonaro, destacando que ele inicia o cumprimento de pena por articulação golpista e que ainda deve responder por sua negligência na pandemia, cuja condução resultou em centenas de milhares de mortes evitáveis.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Quero começar falando da minha alegria de, mais uma vez, estar nesta tribuna, num momento histórico, quando as mulheres negras ocupam Brasília, na maior marcha das mulheres negras da história de Brasília. Essa foi a segunda edição da marcha. Nós trouxemos mulheres de todos os cantos deste País, mulheres negras que marcharam por bem-viver e reparação.

Nós estamos prontas para viver e também para sonhar, para realizar tudo aquilo que já começamos. Nós, mulheres negras brasileiras, herdamos um legado ancestral de muita luta e muita coragem. Por isso, nós reverenciamos sempre aquelas que vieram antes de nós: Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Marielle Franco, Mãe Bernadete, exemplos de mulheres negras que abriram caminhos para nós. E aqui, no Parlamento, nós temos a bênção de poder ainda conviver com a nossa grande Benedita da Silva, a primeira Deputada negra deste Congresso. Ela é a Deputada que nos ensina todos os dias o que é resistir e insistir. Eu tenho muito orgulho de ser da bancada Benedita, uma bancada de mulheres negras que ocupa o Parlamento brasileiro com muita qualidade e que articula mudanças reais.

Obrigada, Deputada Benedita, por abrir tantos caminhos para nós.

Mais do que sonhar, mulheres negras colocam a mão na massa e vão à luta. O futuro já está sendo construído agora. E, como disse Angela Davis: *"Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura de poder da sociedade também se move"*.

Mulheres negras têm propostas concretas, uma agenda real, baseada na vida do povo brasileiro. Marchamos por reparação e bem-viver. Por que reparação? Porque precisamos de reparação histórica, de reparação dos crimes da



escravidão, uma reparação que nunca chegou ao povo negro brasileiro. Por isso, nós priorizamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024.

Está aqui o Deputado Orlando Silva, Deputado que brilhantemente apresentou um parecer completo, que aprimora ainda mais essa importante iniciativa legislativa que vai assegurar, na Constituição brasileira, duas grandes coisas: primeiro, que é dever do Estado fazer políticas de reparação; segundo, que nós temos que criar um fundo que financie as políticas de promoção da igualdade racial, políticas que também têm que ser transversais, para assegurar terra, moradia e demarcação de terras quilombolas; para assegurar o direito à cultura e à nossa espiritualidade; para assegurar emprego, renda, justiça tributária, redistribuição das riquezas e combate a todas as formas de desigualdade.

Que a gente consiga, no nosso País, avançar no cuidado e no acolhimento como prática política, além de ser uma grande estratégia de sobrevivência da agenda das mulheres negras.

O bem-viver pelo qual as mulheres negras marcharam hoje também se opõe à lógica capitalista de exploração e dominação dos nossos corpos. O bem-viver traz o entendimento de que a vida vale mais do que o lucro e de que nós precisamos assegurar direitos e combater o racismo estrutural que organiza relações de poder na nossa sociedade. Traz ainda o reconhecimento de que nós precisamos proteger e assegurar equidade, que é mais do que a igualdade.

Mulheres negras marcharam pela universalização do acesso a água, energia e saneamento básico; pela implantação do "busão 0800"; pela disponibilidade de tempo para viver e para ser cuidada; pela instituição de trabalho igual e salário igual para todas as mulheres negras deste País; e pelo reconhecimento dos territórios sagrados como territórios protegidos.

A marcha chega a Brasília, para a sua segunda edição, 10 anos depois da primeira. E nós mulheres negras sabemos que travamos, cada uma de nós, batalhas incontáveis para chegar até aqui. A Marcha das Mulheres Negras não é apenas um ato, é um movimento que abala estruturas do racismo e da misoginia; é um movimento que produz outro tipo de poder e construção política na sociedade, onde as mulheres negras são protagonistas da história.

Como disse Lélia Gonzalez, nossos passos vêm de longe, e nós só estamos aqui hoje — aproveito para mostrar a camisa da Marcha das Mulheres Negras que uso no plenário no dia de hoje — porque somos o sonho mais insubmisso dos nossos ancestrais. Nós não vamos mais nos contentar com o quatinho da empregada, como se fosse o único lugar para nós. Nós não vamos mais aceitar o lugar da subordinação de quem serve a mesa. Nós queremos nos sentar à mesa para decidir os rumos deste País. Nós não vamos mais aceitar a violência, o feminicídio e o assédio caladas. Nós temos voz e viemos a este Parlamento também para falar por nós, porque queremos viver.

Marchamos porque queremos vencer. Marchamos para que um dia nós tenhamos na Presidência da República uma mulher negra. Marchamos para que



nenhuma menina negra esteja fora da escola e nenhuma mulher negra mais velha seja abandonada. Nós marchamos para que as mulheres negras ocupem os mesmos lugares dos outros na nossa sociedade.

Toda vez que você entrar num lugar, faça o teste do pescoço. Olhe para um lado, olhe para o outro. Se naquele lugar não houver pelo menos 30% de mulheres negras, significa que ele está reproduzindo hierarquias de poder e de privilégio, porque nós somos 30% da sociedade. Quando você chegar a um lugar, perceba se há ali pelo menos metade de pessoas negras. Se não houver, há um problema.

Vocês conseguem imaginar este Parlamento tendo 50% de pessoas negras? Vocês conseguem imaginar o Colégio de Líderes desta Casa tendo 50% de Deputados negros, 30% de mulheres negras? É por isso que nós ainda temos que lutar. Nós queremos que essa nossa imaginação se materialize. Nós queremos que os nossos sonhos se tornem realidade.

Por isso, nós mulheres negras de todos os cantos do País marchamos no dia de hoje contra o racismo e pelo bem-viver.

Aproveito, Presidente, para registrar a presença entre nós da Deputada Eva, do Parlamento português. São mais de duzentos Deputados no Parlamento de Portugal, e Eva é a única mulher negra. Ela está com a gente no dia de hoje marchando e acompanhando o nosso trabalho.

Muito obrigada, Eva, pela presença.

Eu também quero, Presidente, nesta minha fala hoje, falar do trabalho que nós fizemos à frente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. Nós marcamos a presença dos Deputados da nossa Câmara na COP 30, a Conferência do Clima que aconteceu no Brasil. Sem dúvida nenhuma, nós temos muitos motivos para comemorar.

Percebam que nós tivemos marcos inéditos nessa COP, como a inserção, no documento final do evento, do reconhecimento dos direitos indígenas. Pela primeira vez na história, a palavra "afrodescendentes" foi incluída no texto final da Conferência das Partes sobre o clima.

Pela primeira vez na história, a COP 30 abriu uma discussão formal sobre o papel das regras do comércio internacional na agenda climática. Pela primeira vez, também, tivemos a aprovação do Plano de Ação de Gênero de Belém, um plano que reforça a participação das mulheres, em especial indígenas, negras, do campo, das águas e das florestas, na governança climática. Nós queremos falar por nós. A aprovação aconteceu no mesmo momento em que foram apresentadas as propostas na plenária final.

Houve ainda a criação de mecanismo de ação que institui um caminho permanente para apoiar países em desenvolvimento na construção de uma transição energética justa, garantindo que trabalhadores, comunidades



vulneráveis, povos tradicionais não sejam deixados para trás.

Houve também a adoção formal da Meta Global de Adaptação. Mesmo com menos indicadores, trata-se do primeiro acordo global sobre como monitorar a preparação para os eventos climáticos extremos.

Da mesma forma, houve o compromisso político de triplicar o financiamento da adaptação climática, uma agenda liderada pelo Sul Global. Por fim, tivemos o fortalecimento do fundo florestal, que já reúne 6 bilhões de reais neste momento.

Nós também sabemos que a COP 30 foi a COP com a maior incidência de participação popular da história das COPs, a COP com a maior quantidade de representações indígenas, quilombolas, movimentos sociais. Junto da COP aconteceu a Cúpula dos Povos, que marchou em Belém para ter direitos, reparação e bem-viver.

Nós também tivemos na COP a Zona verde, aberta e participativa, e a Free Zone, livre para a participação da população de Belém. Tivemos ainda a En-Zone, para os empreendedores.

Então, quem tem complexo de vira-lata e quer que o Brasil seja um país de segunda categoria perdeu. E perdeu porque a COP no Brasil marca um momento histórico de protagonismo do Brasil diante da agenda global de transição energética e de combate à crise climática.

Eu também não poderia deixar de falar da minha alegria, nesta semana em que Bolsonaro foi finalmente preso de verdade. Hoje, o Ministro Alexandre de Moraes decretou o início de cumprimento da pena do Bolsonaro. Ele não está mais em prisão preventiva. Bolsonaro está condenado a uma pena de 27 anos de prisão e já começou a cumprir sua pena. E isso é só o começo.

Essa condenação se deu porque Bolsonaro foi o grande articulador de uma trama golpista que queria destituir as instituições democráticas, fechar o Congresso, o STF e implantar uma ditadura no Brasil. Bolsonaro liderou um esquema criminoso que pretendia, inclusive, matar o Presidente da República. Bolsonaro ainda vai ter que responder na Justiça pela negligência sanitária no período da pandemia. Foram 700 mil mortes, muitas das quais poderiam ter sido evitadas, mas ele preferiu o negacionismo, preferiu negar vacina ao povo, preferiu jogar corpos nas valas.

Não nos esqueceremos dos mortos da Covid-19. Defenderemos até o fim que os responsáveis por essas mortes sejam, de fato, condenados.

Presidente, eu peço que a minha fala de hoje seja veiculada em todos os canais de comunicação desta Casa.

E que a gente siga cada vez mais fortalecendo o povo preto no Parlamento.



Documento 44/52

257.2025	Sessão Ordinária - CD	25/11/2025-18:40
Publ.: DCD - 26/11/2025 - 99	Gustavo Gayer-PL -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o País viveu um momento de vergonha com a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e de outras figuras que classificou como exemplos de patriotismo. Disse que houve golpe quando Lula foi descondenado, quando o Supremo Tribunal Federal limitou ações de campanha e quando cidadãos indignados foram perseguidos. Criticou o Governo por conduzir o País a um “narcoestado” e citou episódios envolvendo a COP30, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a família do Presidente e a educação. Declarou que a ênfase na prisão de Bolsonaro teria o objetivo de ocultar problemas do Governo e concluiu dizendo que a Direita sairia fortalecida.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O Brasil está passando por um momento de grande vergonha. O maior e melhor Presidente da história da nossa Nação foi condenado, assim como um general de 79 anos e várias outras pessoas que eram e continuam sendo exemplos de dignidade, de patriotismo.

Houve um golpe? Vamos admitir, houve um golpe. Houve um golpe quando um ladrão foi descondenado, retirado da prisão e colocado na Presidência para presidir para os traficantes! Houve um golpe quando Ministro do STF deu orientações e manipulou as eleições de forma que um candidato não podia sequer fazer *live*. Houve um golpe quando parte da população, indignada com o caminho que o Brasil estava tomando, decidiu verbalizar a sua indignação e foi perseguida. Está havendo um golpe neste momento. E qual é o caminho que estamos tomando, senhores? O do narcoestado. O Brasil está se transformando num narcoestado, e o PT fica indignado quando, nas redes sociais, que eles tanto querem censurar, sobe a frase "PT, Partido dos Traficantes". A população está dizendo o que eles estão reconhecendo.

Mas o importante é que Bolsonaro foi preso e que as pessoas não falem do fiasco que foi a COP 30, a do povo pegando fogo, dos indígenas invadindo o local da conferência, revoltados com Lula. O importante é que o povo fale sobre a prisão de Bolsonaro e a população esqueça que o atual Presidente defende traficante e diz que traficante é vítima do usuário. O importante é dizer



que Bolsonaro foi preso, não é falar sobre a CPMI do INSS, que o Advogado-Geral da União fingiu que não estava acontecendo para proteger irmão do Lula! O importante é falar a respeito da prisão de Bolsonaro, é fingir que nora do Lula não acordou com a Polícia Federal na casa dela. Sabem quem abriu a porta?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Quem?

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - Sabem quem abriu a porta?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Quem?

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - O filho do Lula!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - O que é isso?

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - É mais um esquema de desvio de verba da educação pública. Esse é o Presidente que veio para acabar com a educação neste País.

Vamos falar de Bolsonaro, vamos fingir que a Secom de Lula não separou 1 bilhão de reais para fazer propaganda desse descondenado. Vamos fingir que o mais importante é a prisão de um homem inocente.

Ah, vamos falar de Bolsonaro, vamos fingir que os Correios, que têm 84 mil funcionários, não faliram. Vamos fingir que este desgoverno não está quebrando o nosso País. Vamos fingir que não batemos o recorde de famílias endividadas. Vamos fingir que não batemos o recorde de feminicídios. Vamos falar de Bolsonaro.

Aquele lado faz celebração hoje. Sabem do que me lembro quando vejo a celebração daquela turma? Da mesma celebração de traficantes, de vagabundos nos presídios fazendo o "L", porque Lula...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Zacharias Calil. Bloco/UNIÃO - GO) - Peço que conclua, porque a lista de inscritos está grande.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - O tempo é o senhor de todas as coisas. Hoje o lado negro, o lado sombrio, o lado perverso, o lado dos traficantes faz celebração. Mas o tempo, podem ter certeza, amigos, o tempo vai nos ajudar a mostrar o que realmente aconteceu. Por mais que eles tentem prender Bolsonaro, a Direita só se fortalece. E nós vamos, num futuro não muito distante, resgatar este País.



CD

Publ.: DCD - 26/11/2025 - Luiz Lima-NOVO -RJ
144

ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a COP30, realizada em Belém, representou uma oportunidade histórica desperdiçada, encerrando-se sem avanços concretos, metas claras ou compromissos reais para enfrentar as mudanças climáticas. Afirmou também que o evento se limitou a discursos vazios e declarações genéricas, sem progressos na eliminação de combustíveis fósseis, na transição energética ou no financiamento climático, evidenciando desperdício de recursos e falta de liderança do governo brasileiro. Concluiu apelando para que o fracasso sirva de alerta e defendeu que o Brasil assuma papel de liderança nas próximas conferências, com mais responsabilidade, pragmatismo e ação efetiva diante da urgência climática.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

Encerramos a COP30 em Belém com um sentimento incômodo: desperdiçamos uma oportunidade histórica. Depois de semanas de reuniões, de discursos grandiosos, de fotos oficiais e de deslocamentos custosos, o mundo sai desta conferência sem propostas concretas, sem metas claras e sem compromissos reais para enfrentar as mudanças climáticas — o maior desafio do nosso tempo.

É duro admitir, mas a COP30 terminou como um fracasso.

Um evento dessa magnitude, com tamanha mobilização de recursos, não pode produzir apenas declarações genéricas nem reafirmar intenções vazias. A humanidade não precisa de mais retórica; precisa de decisões práticas, que reduzam emissões, que avancem em energias limpas, que deem previsibilidade aos países e que ajudem as nações mais pobres a se adaptar às mudanças em curso.

O que vimos, no entanto, foi o contrário: nenhum avanço sobre a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, nenhum roadmap sobre transição energética, nenhum compromisso financeiro minimamente robusto das nações mais ricas.

A impressão que fica é que se consome mais energia e mais recursos organizando a conferência do que produzindo resultados efetivos para o



clima.

E é preciso dizer: esse fracasso não recai apenas sobre a diplomacia internacional, mas também sobre o governo brasileiro, que investiu tanto na imagem do evento e tão pouco na sua substância.

Faltou liderança, faltou preparo técnico, faltou coragem política para pressionar por acordos reais. O Brasil, que poderia ter saído de Belém como protagonista, sai apenas como anfitrião de uma reunião sem entregas.

O mundo não tem mais tempo para encontros performáticos.

As queimadas, as secas extremas, as enchentes devastadoras e o colapso dos ecossistemas não esperam consensos burocráticos. As mudanças climáticas caminham depressa, enquanto os governos caminham devagar.

Por isso, faço um apelo:

que este fracasso sirva, ao menos, como alerta.

Que possamos exigir mais responsabilidade, mais pragmatismo e mais compromisso real nas próximas conferências. E que o Brasil assuma o papel que merece — não de espectador, mas de líder, propondo soluções, defendendo metas exequíveis e parando de desperdiçar energia, recursos e credibilidade.

O planeta não aguenta mais adiamentos.

O mundo não aguenta mais discursos sem ação.

Muito obrigado

Documento 46/52

261.2025	Sessão Ordinária - CD	26/11/2025-14:28
Publ.: DCD - 27/11/2025 - 51	Leônidas Cristino-PDT -CE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado informou que a Comissão de Meio Ambiente aprovou a realização de uma audiência pública para analisar os resultados da COP 30 relacionados ao Bioma Caatinga. Destacou que a Caatinga sofre fortes impactos das mudanças climáticas, como secas mais intensas e chuvas irregulares, o que ameaça espécies e a segurança hídrica da população. Relatou ainda que a COP 30 permitiu discutir compromissos, investimentos e cooperação internacional voltados à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região. Por fim, disse que a audiência permitirá avaliar como esses acordos serão incorporados às políticas públicas federais.



O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aprovamos hoje, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, um requerimento para a realização de uma audiência pública para analisar os resultados obtidos na COP 30 em relação ao Bioma Caatinga.

A Caatinga é diretamente impactada pelas mudanças climáticas, que intensificam os períodos de seca e tornam as chuvas mais erráticas e concentradas, ameaçando a sobrevivência de espécies endêmicas e a segurança hídrica da população.

Nesse contexto, a Conferência das Partes — COP 30, sediada em Belém, representou a oportunidade de colocar a Caatinga na agenda climática. Foram articulados compromissos, discutidos investimentos e propostas de cooperação que visam à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região.

O debate permitirá que os Parlamentares avaliem como os acordos e as demandas apresentadas internacionalmente serão traduzidos e executados em ações concretas nas políticas federais. A audiência pública se justifica, portanto, pela relevância da pauta no que tange ao cumprimento das metas climáticas no Semiárido brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, é imprescindível que as políticas públicas reflitam o papel estratégico da Caatinga para a segurança hídrica, alimentar e climática do nosso País. O debate aprofundado garantirá que a resposta do Estado brasileiro à crise ambiental seja efetiva, justa e adaptada à realidade do único bioma 100% nacional.

Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse registrado nos *Anais* da Casa e divulgado nos meios de comunicação, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 47/52

261.2025	Sessão Ordinária - CD	26/11/2025-16:12
Publ.: DCD - 27/11/2025 - 85	Gustavo Gayer-PL -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado acusou a prisão de Jair Bolsonaro de ser ilegal e afirmou que a reação popular não gerou comemorações, ao contrário do que ocorreu na condenação de Lula no passado. Disse que a ausência de celebração revelaria a insatisfação da população com o atual Governo, que, segundo ele, deixa como legado aumento da violência, expansão da população em situação de rua,



inadimplência recorde e alinhamento internacional com regimes autoritários. Além disso, criticou Lula, acusando-o de proteger traficantes, enfraquecer políticas de segurança e transformar o Brasil em aliado de ditaduras; também atacou a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), chamando-a de “Flop 30”, citando problemas logísticos, gastos sigilosos e constrangimentos diplomáticos. Por fim, afirmou que denúncias internacionais poderão revelar financiamento do narcotráfico para a esquerda latino-americana e insinuou ligação entre facções criminosas e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu queria voltar a falar sobre o acontecimento desta semana: o Presidente Bolsonaro e outros foram presos. O processo é completamente ilegal, mas eu não vou ficar batendo nessa mesma tecla.

Eu comecei a prestar atenção na reação do Brasil depois da publicação dessa decisão e do trânsito em julgado. Algo chamou a minha atenção: não houve, do lado da Esquerda, a festa que eu achei que haveria, Deputado Zé Trovão. Eu me lembro de quando Lula foi condenado em três instâncias pelo maior esquema de corrupção que o mundo já viu. Eu lembro que o Brasil foi para as ruas festejar. Eu me lembro dos fogos de artifício, do povo respirando esperança pela primeira vez em décadas. Isso não aconteceu agora.

De acordo com a imprensa, com a Globo, com a Esquerda, trata-se de um monstro que tentou destruir a democracia. Então, deveria ter ocorrido alguma espécie de mobilização. Não! O que nós vimos foram algumas barangas com o sovaco cabeludo e o cabelo vermelho abrindo champanhe na porta da sede da Polícia Federal.

Por que não houve festa? Eu comecei a tentar entender por que não houve celebração, se uma pessoa que era um risco à democracia foi presa. Talvez seja porque agora os nossos colegas da Esquerda terão que enfrentar uma dura realidade. Durante muito tempo, eles puderam se esconder atrás dessa polêmica do julgamento do Bolsonaro, desse teatro do Alexandre de Moraes, mas agora serão obrigados a enfrentar uma dura realidade: o legado que estão deixando para o nosso País.

Eu fiz algumas anotações bem simples sobre esse legado. Vamos lá!

Quando eu escrevi o texto, a última notícia que eu lembrava era que o número de moradores de rua no Brasil tinha dobrado. Eu analisei novamente e vi que aumentou 235% o número de moradores de rua.

A violência no Brasil voltou a bater recordes, curiosamente, com este Presidente, que defende traficantes. Hoje, a principal preocupação da população é a violência; é deixar a filha sair para ir à faculdade e ela morrer



com um tiro na testa.

O Brasil hoje sabe que o nosso Presidente é o Presidente dos traficantes, que diz abertamente que traficante é vítima de usuário; que faz uma mobilização para impedir que as facções criminosas, que hoje dominam 25% da população brasileira em seu território, não sejam vistas como terroristas, inclusive mandando emissários para os Estados Unidos para impedir isso.

O Brasil bate recorde de feminicídios, recorde de queimadas, recorde de mortes de ianomâmis, recorde de novos impostos. Agora não há mais polêmica com o Bolsonaro para o pessoal do Governo e da Esquerda se esconder atrás disso.

Temos recorde de empresas inadimplentes. No Brasil, há 24 milhões de CNPJs ativos. Um terço, ou seja, 8 milhões, está inadimplente. Esse recorde é um presente dos nossos colegas, que agora vão ter que responder por isso.

Temos recorde de brasileiros inadimplentes, endividados. Nós temos hoje 74 milhões de brasileiros negativados, sem linha de crédito. Esse também é um recorde deste Governo.

Houve a história do Pix, que eles disseram que era mentira. Disseram que não haveria monitoramento do Pix, mas está havendo. O seu Pix está sendo monitorado por esse pessoal.

É uma vergonha o Brasil ser considerado pelo mundo livre, hoje, um país aliado de terroristas, de narcoditadores. O Lula saiu da COP 30 e foi à Colômbia para prestar solidariedade ao Maduro, que é chefe de uma facção narcoterrorista, o Cartel de los Soles.

Agora vocês vão ter que responder que história é essa da nora do Lula e do filho dela, envolvidos num esquema de desvio de verbas do MEC. Não dá mais para ficar jogando para o Bolsonaro.

Agora vocês vão ter que responder por que o "Bessias", o *office boy* do PT, da Dilma e do Lula, protegeu, durante 1 ano, o irmão do Lula, enquanto ele roubava velhinhos do INSS. O Brasil quer saber.

Então, na minha opinião, não houve celebração porque o brasileiro está entendendo que este Governo está afundando o nosso País. O brasileiro não está preocupado com quem está preso, seja o Bolsonaro, seja o Lula. Ele está preocupado com o Brasil, que está fundando.

Hoje, os nossos filhos não podem andar nas ruas, porque correm o risco de serem atacados por uma "vítima" do Lula, um narcotraficante. Pegou muito mal quando a Esquerda saiu em defesa de facção criminosa, que hoje é o terror do Brasil.

O Lula tinha uma carta na manga: um evento internacional que o colocaria novamente no mapa como uma grande autoridade diplomática, que seria a



COP 30. Realmente, era uma oportunidade de o Brasil diminuir um pouquinho da vergonha que está passando, mas a COP 30 virou "Flop 30".

Qual é o legado real da "Flop 30", brasileiros? Vamos lá! Lula coloca em sigilo todos os gastos, inclusive escândalos de corrupção envolvendo aquela empresa da Espanha. Vimos uma COP 30 esvaziada — esvaziada! Mandaram para cá alguns Ministros e algumas delegações, mas vieram somente vinte Chefes de Estado. O Comando Vermelho fez ameaças e queimou uma *van* da delegação da Malásia. Olhem a vergonha! Jornalistas de várias partes do mundo vieram para cá e foram assaltados. Faltou água por 2 dias na COP 30. Uma coxinha custava 50 reais, porque um contrato estipulava que 30% do lucro tinha que voltar para a organização que a Janja escolheu. O evento, feito para debater a redução da emissão de poluentes, funcionou à base de geradores a *diesel*. Foram usados 160 geradores, queimando *diesel* o dia inteiro, para ligar os ares-condicionados, que não funcionavam. Aí tudo pega fogo! O aeroporto pega fogo. A Blue Zone pega fogo. Chegamos ao ponto de sermos envergonhados pela ONU, que redigiu uma carta detonando esse ladrão na Presidência pela desorganização da "Flop 30". Olhem a vergonha que nós passamos! Chegamos ao ponto de o Chanceler da Alemanha dar graças a Deus por ter ido embora.

Foi uma COP 30 esvaziada, mas, pelo menos, havia lá dois transatlânticos, que queimam 100 mil litros de *diesel* por dia. Esperem aí: o evento foi criado porque, de acordo com eles, a emissão de gás carbônico e poluentes aumenta a temperatura. Esse evento, por si só, deve ter aumentado em 2 graus a temperatura do mundo.

Para concluir, Presidente, eu quero falar de um assunto que vai vir à tona em breve. Nós vamos aprofundar uma questão: como o narcotráfico internacional financiou a Esquerda na América Latina. Carvajal está prestes a entregar as provas de que o Lula foi financiado pelo narcotráfico e pela corrupção da Venezuela. Eu quero saber como isso vai ser explicado. Que o PCC e o Comando Vermelho ajudam o PT, a gente já sabe. Porém, o narcotráfico internacional...

Documento 48/52

26.2025.N	Sessão Ordinária - CD	27/11/2025-13:21
Publ.: DCN - 28/11/2025 -	Nilto Tatto-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a derrubada dos vetos presidenciais ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, e afirmou que a votação ocorre por motivação política, logo após a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Na continuidade, rebateu argumentos da Frente Parlamentar da Agropecuária



(FPA) e destacou que o papel do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem sido decisivo para reduzir o desmatamento na Mata Atlântica. Afirmou que a paralisação de empreendimentos não decorre do licenciamento, mas da baixa qualidade de estudos ambientais produzidos por consultorias privadas e do desmonte dos órgãos federais nos últimos anos. Além disso, explicou que a derrubada dos vetos afronta dispositivos constitucionais relacionados aos direitos indígenas, comunidades quilombolas e ao meio ambiente equilibrado. Por fim, sustentou que os vetos do Presidente da República foram técnicos e alinhados ao interesse público e alertou que a flexibilização aprovada atende apenas a “interesses minoritários” de setores que não querem cumprir a legislação ambiental.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente Davi Alcolumbre, caros colegas Deputados e Senadores, eu venho aqui a esta tribuna... Primeiro quero responder ao Deputado que fala em nome da Frente Parlamentar da Agropecuária, quando ele questiona que o Ibama só tem o papel de carimbador da Lei da Mata Atlântica. É pelo carimbo do Ibama que saiu do patamar de 115 mil hectares de desmatamento por ano o bioma da Mata Atlântica e levou para 10 a 15 mil hectares por ano. Então, é importante.

Mas eu quero pegar este exemplo para dizer que todos nós também trabalhávamos e sentíamos a necessidade, que era necessário atualizar a principal lei ambiental que nós temos no país, que é a Lei do Licenciamento Ambiental. Mas, nos últimos meses, o debate descambou por outras razões que não do mérito e da necessidade de atualização. E muita *fake news* foi produzida nesse período. Falo em milhares de projetos que estão parados por causa do licenciamento ambiental. Mas ninguém apresentou essa lista. E aquilo que está parado é por incompetência daqueles fabricantes de relatórios ambientais do setor privado. Isso ninguém fala. Ninguém aqui tem coragem de aproveitar, nesta oportunidade, e ir na linha daquilo que o Presidente Lula está fazendo, que é restabelecer a capacidade dos órgãos ambientais, em especial, do Ibama, para poder fazer o seu trabalho. No Governo anterior, todo mundo sabe que foi desmontada completamente a capacidade.

E aqui, até para responder ao próprio pronunciamento do Presidente Alcolumbre, o debate e o momento em que se está trazendo para votar, logo depois da Conferência do Clima, tem uma posição política de setores que desnortearam o debate do licenciamento ambiental, por uma posição política, para defender interesses menores e não interesses do país, não interesses da sociedade brasileira.

Todos nós, Deputados e Senadores, juramos seguir a Constituição, obedecer à Constituição. E os vetos que estão sendo derrubados aqui hoje – porque a votação já está dada – mostram claramente que vão para cima de direitos consagrados na própria Constituição: dos povos indígenas, de quilombola, do direito difuso ao meio ambiente adequado, inclusive para as futuras gerações,



que está colocado na Constituição.

E aí eu pergunto: aqueles que votaram para derrubar os vetos construídos em consenso, dialogando com a academia, dialogando com os setores econômicos, dialogando com o Parlamento, dialogando com a sociedade civil organizada, enfim, dialogando com o povo brasileiro, estão defendendo interesses de quem, senão interesses minoritários daqueles que querem perseguir e não cumprir a própria Constituição na hora de estabelecer os seus empreendimentos? Então, são interesses menores, que estão sendo capitaneados por lideranças principalmente – e aqui eu volto a dizer – da Frente Parlamentar da Agropecuária, mas que, evidentemente, estão aqui para defender... E eu não estou dizendo que não seja legítimo defender esses interesses, mas é legítimo dizer aqui agora que se defendam esses interesses obedecendo à Constituição, não a serviço daqueles maus empreendedores que não querem seguir o mínimo da legislação e da Constituição.

Não tem cabimento – não tem cabimento – querer destruir tudo aquilo que a sociedade brasileira construiu com muita luta e com muita perseverança, para a gente ter uma das principais leis ambientais do mundo. Não tem cabimento votar contra o Brasil por tudo aquilo que o Brasil fez e protagonizou na conferência do clima, em Belém, por todo o protagonismo que ganhou internacionalmente.

Votar contra o Brasil é votar por esta derrubada dos vetos que o Presidente Lula fez. Por isso eu volto a dizer: quando o Presidente fez os vetos nesta lei, foram vetos com clareza, com estudo técnico, pensando no Brasil, pensando na soberania do Brasil, pensando no povo brasileiro, pensando em quem precisa do apoio do poder público por ter o papel decisivo e importante de regular as atividades econômicas deste país. Ou vocês acham que o setor privado é que vai dizer, em nome do povo brasileiro, o que deve ser conduzido do ponto de vista de política pública? Por isso, é inoportuno votar neste momento. Inoportuno, sim.

É prerrogativa, sim, do Congresso Nacional analisar os vetos, mas o momento de colocar em votação é uma decisão política sobre aquilo que se quer da principal lei ambiental, e não é aquilo que é melhor para o país neste momento.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 49/52

26.2025.N

Sessão Ordinária - 27/11/2025-14:22
CD

Publ.: DCN - 28/11/2025

Juliana Cardoso-PT -SP

-

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE



Sumário

A Deputada encaminhou a votação dos itens do Veto Parcial nº 29, de 2025, aposto ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, relacionou os efeitos do texto a impactos sobre populações atingidas por secas, enchentes e insegurança alimentar, e apontou contradição entre a votação e iniciativas do Governo Federal, como a criação da primeira universidade indígena e a homologação de terras durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Ao encerrar, associou o atual debate ambiental a disputas políticas mais amplas, como projetos de anistia e a condução de gestões anteriores, reforçando que sua bancada votou contra o que classificou como um retrocesso socioambiental.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Que vergonha, senhoras e senhores, que vergonha! Após o término de uma COP, neste nosso Brasil, onde se deu um *show* de organização e principalmente de articulação, os senhores votam o projeto logo após, para poderem colocar, mais uma vez, o lucro acima da vida das pessoas. Só que, pasmem, senhoras e senhores: esse lucro, o dinheiro que vocês tanto querem, vai ter uma hora em que a natureza vai cobrar de vocês de uma forma muito mais intensa. Porém, o nosso povo indígena, as pessoas que estão na seca, as pessoas que estão na enchente, as pessoas que precisam de alimento, de água, que precisam ter essa natureza em pé, a Mata Atlântica em pé, vão ser as primeiras a sofrer com a consequência.

O que os senhores colocam aqui é uma atuação para dar o cheque em branco para as construtoras, para as instituições, aqueles que lucram e que querem muito dinheiro e passar por cima, principalmente, do meu povo indígena. Olhe o que vocês colocam aqui, que a Funai, que o Incra, que o Iphan, que o ICMBio, não terão tanto acesso para que consigam controlar a devastação da nossa mata. O que vocês colocam aqui é, mais uma vez, um tiro no peito ou na cabeça da população indígena, porque o controle que a Funai vai poder fazer, se é que vai, dependendo ainda do que está escrito, é só nas terras que são homologadas. E a gente sabe que o marco temporal foi um outro projeto que os senhores colocaram aqui, em cima da cabeça do nosso povo, para poder tirar o processo de homologação das terras indígenas.

Então, é sempre um jeitinho, é sempre um formato ruim para poder dizer, em boas palavras, como muitos discursos estão sendo colocados aqui: "Porque nós somos do agro, porque nós defendemos, porque eu lucro, porque isso, porque aquilo". É mentira que é para poder ajudar uma grande sociedade. Não é verdade, senhoras e senhores.

Então, eu fico aqui perplexa, eu fico aqui com vergonha, mas, ao mesmo



tempo, sabendo do lado em que estou, que é um lado que votou contrário a esse tipo de projeto de lei de devastação da Mata Atlântica. O que os senhores falam aqui o tempo todo, que querem ajudar o Brasil – que Brasil é esse que vocês ajudam? É um Brasil que mata? É um Brasil em que os ianomâmis passaram fome e morreram, quando os senhores abriram a porta para que pudesse entrar a mineração. Este Brasil que vocês colocam é um Brasil que tem cara da morte. É um Brasil que os senhores colocam aqui nas legislações que não dá a oportunidade necessária.

E olhem que interessante, senhoras e senhores. Hoje de manhã, o Presidente Lula acabou de assinar um projeto sobre universidades federais, e vai ter uma universidade federal indígena, que vai poder trabalhar com todo aquele conhecimento do nosso povo. Foi um Governo que homologou terras no período da COP. Foi um Governo que está sempre presente onde necessário com os nossos ministérios.

E os senhores, mais uma vez, vêm com um projeto de devastação, e já, já querem novamente colocar um projeto de anistia para tentar salvar o bando de ladrões – e, inclusive, foi o que o Senhor ex-Presidente da República Bolsonaro fez com o povo brasileiro.

Vergonha, vergonha, vergonha!

Documento 50/52

26.2025.N	Sessão Ordinária	27/11/2025-14:27
	CD	
Publ.: DCN - 28/11/2025	Chico Alencar-PSOL -RJ	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado encaminhou a votação dos itens do Veto Parcial nº 29, de 2025, aposto ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, explicou que a proposição fragiliza direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, além de desconsiderar os impactos do colapso climático discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Além disso, afirmou que a mudança aprofunda riscos sobre biomas sensíveis, como a Mata Atlântica, e rompe com práticas de participação democrática previstas na Constituição. Por fim, mencionou que a decisão projeta efeitos duradouros sobre o presente e o futuro ambiental do país, reiterando sua posição pela manutenção dos vetos.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Colegas Senadores, Deputados: "Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo". Esse é um verso do querido mineiro que decidiu morar no Rio boa parte da sua vida, Carlos Drummond de Andrade. E, ao lembrar desses versos, me inspirei no nosso Senador redutor de danos, que é meu amigo de longa data – vocês devem imaginar a quem estou me referindo –, Randolfe Rodrigues, homem do diálogo, da conciliação. Às vezes até – eu que sou moderado – ele exagera nessa qualidade, mas a derrubada dos vetos aqui, os principais – vetos apostos corretamente pelo Presidente Lula –, é uma atrocidade contra o nosso sentimento do mundo.

Quando nós, da Bancada do Psol, da Rede e muitos outros, votamos pela manutenção desses vetos, pensamos nos nossos filhos – eu, no meu caso, nos meus netos –, sabendo que decisão desse tipo impacta o presente e o futuro, e isso não pode ser feito de maneira irresponsável.

Veja, esses vetos instituem a figura da autodeclaração, e nenhum desmatador, ou pouquíssimos deles, vai reconhecer que o está cometendo. Ele impõe o fim de instâncias revisoras de qualquer licenciamento ambiental. Ele minimiza e praticamente acaba com o EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental) e (Relatório de Impacto Ambiental) em muitas obras. Ele apequena o papel do Ibama, do ICMBio e, como disse o Deputado Túlio, até da Fundação Palmares, ou seja, retira a sociedade civil das suas decisões sobre o meio ambiente, o que é um absurdo antidemocrático, fere a Constituição: nós somos uma República democrática participativa. Ele ameaça, evidentemente, matas, reservas, biomas e, especialmente, a nossa Mata Atlântica, extremamente atingida com a derrubada desse veto. Ele autoriza a destruição de sítios arqueológicos, ou seja, tem um elemento inimigo da cultura aí.

Reitero o que Míriam Leitão disse hoje de manhã: o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, não teria aparecido, teria sido jogado fora com o entulho se não houvesse essa preocupação com aquelas riquezas, que agora ficam dispensadas de existir. Ele elimina direitos elementares à sua vida e ao seu ambiente de povos indígenas, povos ribeirinhos, povos quilombolas. Ele também desconhece o colapso climático e ambiental, tão falado agora na COP 30, e, não por acaso, a gente agora, uma semana depois daquela conferência... E a resolução da cúpula deixou muito a desejar, mas os povos todos, os movimentos, as organizações estavam lá. Participamos muitos de nós de uma linda marcha, no sábado da COP, pelo clima; uma diversidade de movimentos querendo vida, querendo cuidar do ambiental, querendo "fraternura" com tudo que tem patas, asas e raízes, e a gente despreza isso tudo, joga fora!

Essa derrubada de vetos é cruel para com nós mesmos; é mais do que um ecocídio, é um suicídio para as perspectivas de vida e de bem-estar no nosso planeta, tão poluído e machucado.

O cuidado com a casa comum que o saudoso Papa Francisco invocava, desde 2005, não apareceu nesses votos de derrubada dos vetos aqui.



E, por fim, a gente está desprezando o futuro.

Temos, cada vez mais, que pensar no que vem além, construir no presente as possibilidades do futuro.

Com a derrubada desses vetos e, provavelmente, a rejeição de todos os destaques, nós agredimos o presente e envenenamos o futuro.

É muito ruim para o Congresso essa decisão.

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) – Muito obrigado, Presidente Alcolumbre.

Vamos em frente porque a esperança é a guia mais imprescindível e companheira de viagem.

Vamos avançar.

Documento 51/52

26.2025.N	Sessão Ordinária - CD	27/11/2025-12:25
Publ.: DCN - 28/11/2025 -	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a realização da COP 30 no Brasil reforçava a necessidade de compromisso com metas climáticas e com a alocação de recursos pelos países mais responsáveis pela poluição histórica. Destacou que justiça ambiental e justiça social eram interdependentes e defendeu políticas que mantivessem florestas em pé, com manejo sustentável e geração de renda. Criticou a flexibilização do licenciamento ambiental aprovada pelo Congresso, apontando riscos na redução de Estudos de Impacto Ambiental. Ao justificar os vetos do Presidente Lula ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Mencionou a importância do Conama, da proteção de comunidades originárias e da atuação de órgãos como Funai, ICMBio, Ibama e Iphan. Também alertou para a preservação da Mata Atlântica e defendeu a manutenção dos vetos.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, Senadores, o Brasil sediou a COP 30. O mundo inteiro estava reunido, debatendo mitigações e prevenções



frente à maior crise climática que a humanidade está vivendo.

Nesse momento, o grande debate que estava posto nessa COP, na Amazônia – que é outro processo importante, sem discriminação, em fazer no Brasil, em fazer na Amazônia, reunindo mais de 190 nações com recursos que nós desejávamos que fossem maiores, sim –, era para que, dentro dos propósitos, dos acordos firmados em Kyoto e Paris, nas conferências anteriores, de fato, houvesse, por parte dos países, alocação de recursos e, principalmente, dos países e das nações que tiveram os seus modelos industriais e agrícolas mais degradadores em relação ao meio ambiente, que fossem eles que colocassem mais recursos e que os países assumissem nos seus NDCs que exatamente são suas metas de diminuição de envio de gases de efeito estufa.

Então, neste momento em que o mundo realizou – e realizou no Brasil – a COP, com desafios enormes para nós termos sustentação, sustentabilidade, a biodiversidade respeitada, sabendo que justiça social só acontecerá com justiça ambiental e justiça ambiental só acontecerá com justiça social, é fundamental que a gente tenha projetos que preservem a natureza, que mantenham as florestas em pé e que façam, a partir desse uso, manejo sustentável, exatamente um desenvolvimento gerando renda, mas mantendo e preservando o que é necessário para a sustentabilidade ambiental. Nesta conjuntura, este Congresso, na Câmara e no Senado, aprovou uma flexibilização em relação ao licenciamento ambiental. E o que é central no licenciamento ambiental, que é exatamente o Estudo de Impacto Ambiental, ficou frouxo em alguns casos e, em muitos casos, não vai acontecer Estudo de Impacto Ambiental.

O que fez o Presidente Lula? Responsavelmente, como é regra mundial... A regra mundial é a preocupação com o clima. Nós estamos sofrendo não só com o tornado recente agora no Paraná, mas nós tivemos rios secando na Amazônia – rios secando na Amazônia –, o Rio Grande do Sul coberto por água e, em outros momentos, secas e estiagens longas. Então, há a preocupação ambiental. Os sinais que são dados são evidentes. Há um aquecimento global. Então, quando nós formos desenvolver obras que são importantes, elas precisam respeitar o licenciamento, elas precisam ter o Estudo de Impacto Ambiental, o EIA/Rima.

E, com a frouxidão que foi botada aqui, na Câmara e no Senado, foram necessários os vetos, e o Lula fez os vetos. Os 63 vetos colocados são exatamente para nós termos uma presença do Conama, para que a gente não deixe aos estados, ao bel-prazer, uma flexibilização feita só pelos órgãos estaduais. Então, nós temos que retomar uma força nacional do Conselho Nacional do Meio Ambiente, das regras nacionais.

Ao mesmo tempo, a licença por adesão e compromisso (LAC) não pode não obedecer às regras básicas que façam os Estudos de Impacto Ambiental, não podem ser autolicensing apenas. Nós precisamos ter respeito às comunidades originárias, que, atingidas, precisam ser ouvidas. Nós não podemos excluir as posições da Funai, do ICMBio, do próprio Ibama, do Iphan. Tem situações em que nós temos patrimônio histórico que será



destruído se nós não ouvirmos mais o Iphan.

Então, esses aspectos todos, e eu concluo, Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) – Para concluir, Presidente. *(Fora do microfone.)* Apenas 30 segundos para concluir.

Esses aspectos todos precisam ser preservados, como também é o caso da Mata Atlântica. Nós não podemos destruir a nossa Mata Atlântica.

Então, nesse sentido, nós estamos aqui para defender, sim, a manutenção dos vetos, porque eles dão segurança, numa crise mundial climática, para que nós façamos licenciamentos com Estudos de Impacto Ambiental.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 52/52

26.2025.N	Sessão Ordinária - CD	27/11/2025-12:33
Publ.: DCN - 28/11/2025 -	Rodrigo Rollemberg-PSB -DF	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado relatou sua participação na COP 30 e destacou o alerta de cientistas sobre o avanço para pontos de não retorno na crise climática. Defendeu a manutenção dos vetos do Presidente Lula ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências, afirmando que sua derrubada prejudicaria o próprio setor produtivo. Citou o papel da Floresta Amazônica no regime de chuvas do Centro-Oeste e a relevância da biodiversidade do Cerrado para a agricultura em cenário de emergências climáticas. Reforçou que a decisão do Congresso impactaria as futuras gerações. Apelou para que Deputados e Senadores mantivessem os vetos com foco na sustentabilidade e na preservação ambiental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tive a oportunidade de participar da COP 30, representando a Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, e me chamou muito a atenção o manifesto de cientistas do mundo todo, alertando para o fato de que nós estamos passando de todos os limites, de todos os pontos de não retorno. Portanto, é muito importante, neste momento, a gente manter os vetos do Presidente da República ao PL do



licenciamento ambiental, que tem sido chamado pela população de PL da devastação.

Aqui, eu queria fazer um alerta, um chamamento à bancada do agronegócio, que, na minha opinião, será a maior prejudicada com a devastação ambiental. Todos sabem, a ciência já demonstrou, a importância que a Floresta Amazônica tem, a partir dos rios voadores, para garantir o clima no Centro-Oeste, que é a maior região produtora de alimentos do Brasil. Os cientistas, Ricardo Galvão, vêm alertando que é, na biodiversidade do Cerrado, que tem mais de 14 mil plantas endêmicas, plantas que só existem no bioma Cerrado, adaptadas há milhões de anos a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura, que é nos genes dessas plantas que estará a sustentabilidade da agricultura no futuro, num tempo de emergência climática.

Portanto, o que o Congresso estará fazendo hoje, se derrubar os vetos do Presidente Lula ao PL do licenciamento ambiental, é um tiro no pé, é um tiro no pé do setor produtivo! Aqueles que plantam já percebem claramente que nós temos grandes períodos de estiagem, nós temos eventos extremos cada vez mais regulares e cada vez mais extremos. As evidências estão aí para demonstrar, seja na seca na Amazônia, seja nas enchentes no Rio Grande do Sul, seja agora o tornado no Paraná, sejam secas prolongadas no Nordeste brasileiro.

Portanto, minha gente, é uma questão de consciência, é uma questão de pensar nas futuras gerações. Por isso, eu faço um apelo a todos que vão depositar os seus votos: vamos manter os vetos do Presidente da República pensando no presente e pensando nas futuras gerações. Vamos dar um voto com os olhos voltados para o futuro, voltados para as futuras gerações. Esse é o apelo que eu faço aos Deputados e Senadores presentes nesta Casa.

Muito obrigado.